



Universidade Federal
de Campina Grande



CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

JÁDMA MÂMEDES DE SOUSA FERREIRA

**A MÚSICA COMO INSTRUMENTO AUXILIADOR DA
APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

CAJAZEIRAS – PB
2015

JÁDMA MÂMEDES DE SOUSA FERREIRA

**A MÚSICA COMO INSTRUMENTO AUXILIADOR DA APRENDIZAGEM NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Grau de Pedagogo. Sob a orientação da professora Me. Nozângela Maria Rolim Dantas.

CAJAZEIRAS – PB
2015

**A MÚSICA COMO INSTRUMENTO AUXILIADOR DA APRENDIZAGEM NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Banca Examinadora

Prof.^a Me. Nozângela Maria Rolim Dantas.

(CFP/UFCG – Orientadora)

Prof.^a. Zildene Francisca Pereira (CFP/UFCG)

Prof.^a. Edinaura Almeida de Araújo (CFP/UFCG)

Aprovada em: ____/____/____

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730
Cajazeiras - Paraíba

F383m Ferreira, Jádma Mâmedes de Sousa
A música como instrumento auxiliador da aprendizagem na
educação infantil. / Jádma Mâmedes de Sousa Ferreira. Cajazeiras,
2015.
64f.
Bibliografia.

Orientador (a): Ms. Nozângela Maria Rolim Dantas.
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Educação e música. 2. Ensino/ aprendizagem. 3. Educação
infantil. I. Dantas, Nozângela Maria Rolim. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU -37:78

Dedico esta Monografia, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados filhos Miquéias Ayron e Ayra Mikaelly.

Ao mundo por mudar as coisas, por nunca fazê-las serem de uma só forma, pois assim não teríamos o que pesquisar o que descobrir e o que fazer, pois através disto consegui concluir a minha monografia.

Dedico também ao meu esposo Gideone que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades, e aos meus pais com quem embora não tivessem conhecimento disto, mas iluminaram de maneira especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado das diversas reflexões da minha vida pessoal e profissional. Realizá-lo representou um desafio que foi suscitado no decorrer da graduação e que nesse momento se concretiza, fazendo-se necessário agradecer a todos aqueles que contribuíram, para construção deste sonho.

Quero agradecer primeiramente a Deus, pela vida e a possibilidade de empreender esse caminho evolutivo, por propiciar tantas oportunidades e por colocar em meu caminho tantas pessoas amigas e preciosas, por ter me dado força para superar todas as dificuldades que transcorreram no período de formação, amparando meu corpo e mente cansada, velando minhas noites em claro, alegrando-Se e aplaudindo de perto cada vitória, renovando a cada dia minha fé e esperança, ajudando-me a vencer as barreiras e, com humildade, chegar até aqui. A Ele em forma de gratidão elevo o meu intenso desejo de ser sempre merecedora de sua graça, fazendo-me instrumento de Seu serviço na árdua arte de ensinar, e pela sensibilidade para com meu próximo.

E na construção deste SONHO, quero agradecer e expressar a minha gratidão, pois esta conquista concretiza-se com a contribuição de cada uma delas:

Aos meus pais Naiza e Luzimar, fonte de sabedoria, amor, humildade, generosidade e honestidade. Por acreditarem em mim cada minuto de confiança, de entusiasmo e dedicação por me acompanharem em todos os momentos difíceis de minha vida, me dando força, incentivo e, principalmente acreditar, assim como eu, em meus sonhos.

Aos meus irmãos, que de forma especial me deram forças em todos os momentos da minha estada terrena. Por sempre acreditarem na minha capacidade, pela amizade fraterna, pelo apoio e incentivo.

Aos meus filhos Miquéias Ayron e Ayra Mikaelly por estarem sempre presentes em todos os momentos de minha vida, me apoiando e incentivando e por me apresentarem a simplicidade e o gosto pela vida.

Ao meu esposo Gideone Lopes, pelo carinho, pela presença constante na concretização deste sonho, compartilhando comigo as dificuldades e alegrias, sempre depositando em mim palavras de incentivo e apoio incondicional, fazendo crê que eu seria capaz de vencer esse desafio.

Aos meus amigos, que estiveram comigo desde o início do curso, em especial aos que se fizeram presentes durante a graduação compartilhado vários momentos especiais, me

proporcionando um grande aprendizado de vida, por esses anos inesquecíveis de convivência, batalha, companheirismo, dedicação, estudos e muitos momentos eternizados, tornando a vida acadêmica mais suave e repleta de saudades, mas na certeza de que mostramos a todos que seríamos capazes de vencer nossos obstáculos. Graças a Deus estamos vencendo juntos. Apesar da separação nessa reta final, vocês terão sempre um lugar especial no meu coração. A vocês todo carinho e amizade e minha eterna gratidão.

Agradeço a todos os meus amigos de trabalho do Colégio Jean Piaget e Hospital Regional de Sousa, por acreditarem que eu seria capaz de vencer, por acreditarem no meu sucesso, onde brindam comigo toda essa imensa felicidade. Muito obrigada!

Ao corpo docente do CFP – UFCG pelos ensinamentos transmitidos.

Meus agradecimentos a minha professora Orientadora Mestre Nozângela Dantas, pela aceitação e por permitir discutir um tema relevante ao meu futuro profissional e que diante das circunstâncias fez o possível para me ajudar. Sua orientação segura e competente, seu estímulo constante e testemunho de seriedade, permitiram-me concretizar este estudo. De coração e acima de tudo, agradeço pela sua valorosa contribuição, valorização, disponibilidade, compreensão e, principalmente respeito as minhas dificuldades e limitações, contribuição mais que valiosa para o meu crescimento intelectual e profissional.

As professoras colaboradoras que se dispuseram a responder o inquérito, contribuindo para a análise e compreensão do tema elencado neste trabalho.

Enfim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o meu sucesso, realização desse trabalho.

Obrigada por tudo!

"Se fosse ensinar a uma criança a beleza da música não começaria com partituras, notas e pautas. Ouviríamos juntos as melodias mais gostosas e lhe contaria sobre os instrumentos que fazem a música. Aí, encantada com a beleza da música, ela mesma me pediria que lhe ensinasse o mistério daquelas bolinhas pretas escritas sobre cinco linhas. Porque as bolinhas pretas e as cinco linhas são apenas ferramentas para a produção da beleza musical. A experiência da beleza tem de vir antes".

Rubem Alves

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como finalidade apresentar alguns conceitos que constituem e caracterizam a educação musical em sua essência, uma vez que é vista como um processo global, progressivo e permanente, que necessita de diversas formas de estudos para seu aperfeiçoamento. O objetivo geral deste estudo é analisar a importância da música no processo de ensino aprendizagem na Educação Infantil, refletindo acerca da sua contribuição para o desenvolvimento discente, identificando os tipos de músicas apropriadas a esse contexto e investigando as intencionalidades do educador durante o momento de inserção musical em sala de aula, bem como também no sentido de elencar problemáticas e desenvolver ações concretas que contribuam efetivamente para a melhoria desta prática docente. Optamos pela realização de um estudo de campo com vistas à identificação dos fatores que encenam essa temática no processo de ensino/aprendizagem. Essa pesquisa se classifica, segundo a abordagem do problema como qualitativa. Para a coleta de dados e informações, utilizamos a aplicação da entrevista semiestruturada com educadoras colaboradoras, além disso, utilizamos a pesquisa bibliográfica, reportando aos instrumentos que subsidiaram a análise e avaliação, bem como uma ampla reflexão acerca das assertivas obtidas neste ensaio. Na conclusão, discorreremos ser a Educação Infantil a base para todas as outras etapas do processo educacional, portanto, sua proposta pedagógica deve estar direcionada as experiências e as vivências globais dos educandos, por isso as atividades pedagógicas, sobretudo as pertinentes ao ensino da música precisam ter fundamentos e objetivos a serem alcançados.

Palavras-chaves: Música. Ensino/Aprendizagem. Educação Infantil

ABSTRACT

The present work monographic has as its purpose to present some concepts that constitute and characterize the musical education in its essence, a time that is seen as a global process, progressive and permanent, you need different forms of studies for their improvement. The general objective of this study is to analyze the importance of music in the teaching learning in Childhood Education, reflecting about their contribution to student development, identifying the types of music appropriate to this context and investigating the intentions of the teacher during the time of insertion Music in the classroom, and also in the sense to list problems and develop concrete actions that effectively contribute to the improvement of this teaching practice. We chose to perform a field study in order to identify the factors that play out this theme in the teaching / learning process. This research is classified, according to the problem of approach and qualitative. To collect data and information, use the application of semistructured interviews with educators collaborating also use the literature, referring to instruments that supported the analysis and evaluation, as well as a broad reflection about the assertions obtained in this test. In conclusion, we discuss early childhood education the basis for all other stages of the educational process, so their pedagogical proposal is directed to the experiences and global experiences of the students, so the educational activities, especially those pertaining to music education need have grounds and objectives to be achieved.

Keywords: Music. Teaching / Learning. Childhood Education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO PELA HISTÓRIA DA MÚSICA	14
1.1 A Criança e a Música na Educação Infantil.....	15
1.2 O papel da música na Educação Infantil.....	21
2 A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23
2.1 Marco inicial da Educação Infantil: O advento das creches.....	23
2.2 O espaço físico das instituições de Educação Infantil de acordo com os trâmites legais.....	25
2.3 As creches no Brasil e a introdução da música educacional neste ambiente de trabalho.....	34
2.4 A inserção da musicalização na Educação Infantil.....	38
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
3.1 Caracterização do ambiente da pesquisa.....	44
3.2 A Entrevista.....	47
3.3 Análises e discussões.....	48
3.3.1 A fala das docentes.....	49
3.3.2 A percepção musical docente no cenário da Educação Infantil.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
ANEXOS	65

INTRODUÇÃO

A educação em si, deve ser vista como um processo global, progressivo e permanente, que necessita de diversas formas de estudos para seu aperfeiçoamento, pois em qualquer meio haverá diferenças individuais, diversidades de condições ambientais que são originários dos alunos e que necessitam de um trabalho diferenciado. Em se tratando de educação, não podemos deixar de fora a educação infantil que é uma etapa de suma importância para a vida de uma criança e um dos desafios para sua inserção na comunidade escolar.

Desde os primórdios do tempo, a música se faz presente na vida das crianças, em múltiplos sentidos e nas mais divergentes esferas, tornando-se algo essencial para o seu desenvolvimento. Sem dúvida é um dos elementos cruciais para a efetivação do processo de ensino aprendizagem. A música é um meio pelo qual os sujeitos exploram uma variedade de experiências em diversas situações para inúmeros propósitos. Torna-se, desta forma, algo de grande valia no desenvolvimento das atividades na Educação Infantil.

Com ênfase nesta importante fase do desenvolvimento infantil considerar os elementos que compõe o ensino na Educação Infantil é fundamental, uma vez que estes são os precursores para uma aprendizagem significativa. Neste sentido, a inserção da música neste ambiente, como recurso pedagógico ou como disciplina, evidencia claramente o desenvolvimento psicomotor das crianças no cotidiano escolar.

Sabemos que a música está amparada pela lei nº 11.769 e essa é uma razão para que ela se torne um componente curricular para o ensino, principalmente na Educação Infantil. A música deve ser trabalhada em sala de aula, assim favorecendo a descoberta e a imaginação infantil, uma vez que auxiliam na concentração, despertando nas crianças a descoberta do mundo. Neste âmbito, o educador poderá utilizar a música como uma atividade de estímulo para as crianças, bem como de motivação e satisfação, propiciando assim, uma aprendizagem natural e efetiva. Este momento servirá para socialização das crianças, essencial neste processo de interação e integração das mesmas no cenário educacional.

Para tanto, conforme ressalta Nogueira (2006) os instrumentos musicais, na forma de brinquedos, estão inseridos na vivência da criança desde o seu nascimento por meio dos afagos, cantigas de ninar, parlendas, entre outras, fazendo uma verdadeira sintonia entre a criança e seus cuidadores, tendo a música como elemento principal desta harmonia. Dessa forma, ao longo do desenvolvimento da criança, outros tipos de brincadeiras musicais, cada

vez mais dinâmicas e diversificadas, vão se inserindo ao contexto infantil e assim proporcionando a ampliação dos sentidos sonoros, numa dinâmica sucessiva.

A relevância da inserção musical na educação infantil também está fundamentada na própria Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (Lei no 9394/96) quando afirma que a finalidade da educação infantil está relacionada ao desenvolvimento integral da criança, ou seja, pensando nesses termos, a música assume um papel fundamental no processo de desenvolvimento infantil em seus vários aspectos (OLIVEIRA, 2009).

A importância de se ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brincadeiras rítmicas, constituem atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela musicalidade, além de favorecer a experiência da linguagem musical nesse contexto (OLIVEIRA, 2009).

A escolha desta temática sobre o ensino da música na educação infantil partiu após o período de Estágio realizado em uma creche, na qual constitui o campo desta pesquisa, com crianças de 4 a 5 anos de idade, na vivência com as mesmas, onde observamos que a música faz um diferencial importantíssimo no processo de aprendizagem neste ambiente, motivando a dissertar mediante um suporte bibliográfico sobre o tema em pauta.

Portanto, o objetivo geral desse estudo monográfico é analisar a importância da música no processo de ensino aprendizagem na educação infantil, refletindo acerca da sua contribuição para o desenvolvimento discente, identificando os tipos de músicas apropriadas a esse contexto e investigando as intencionalidades do educador durante o momento de inserção musical em sala de aula, bem como no sentido de elencar problemáticas e desenvolver ações concretas que contribuam efetivamente para a melhoria da prática docente.

Constitui os objetivos específicos:

- ✓ Verificar as atividades musicais desenvolvidas pelas professoras colaboradoras no ambiente da creche Alexandrina Ferreira de Araújo;
- ✓ Identificar os recursos pedagógicos disponíveis no cenário da Educação Infantil para a realização das atividades pertinentes ao ensino da música;
- ✓ Apresentar os saberes musicais docentes e o trabalho realizado neste ambiente de ensino relativo à temática exposta como instrumento fundamental ao desenvolvimento da criança no processo de aprendizagem.

Considerando os objetivos elencados para o estudo proposto, optamos por um estudo de campo com vistas à identificação dos fatores que encenam essa temática no processo de ensino aprendizagem. Essa pesquisa se classifica, segundo a abordagem do problema como qualitativa. Para a coleta de dados e informações, utilizamos a aplicação da entrevista

semiestruturada com educadoras colaboradoras, além disso, utilizamos a pesquisa bibliográfica, reportando aos instrumentos que subsidiaram a análise e avaliação, bem como uma ampla reflexão acerca das assertivas obtidas neste trabalho monográfico.

Para o desenvolvimento desta pesquisa realizou-se um trabalho minucioso, cuja finalidade foi à adoção de contexto de evidências e de construções, alicerçadas e validadas por meio dos conhecimentos sobre o tema explorado nesse construto, norteada por metodologias claras, precisas e flexíveis a sua própria ascensão.

Assim, a presente monografia encontra-se estruturada em três capítulos:

O primeiro intitulado: **Breves reflexões sobre a história da Música** apresenta um breve percurso da música, as concepções, uma síntese de seu histórico, bem como a apropriação de novos elementos para sua inserção no campo da educação.

O segundo capítulo: **A Instituição de Educação Infantil** mostra o advento da Educação Infantil, no âmbito das Creches, seu construto e lutas, como também a promulgação desta modalidade de ensino nos trâmites legais que encenam nos documentos oficiais que asseguram esse direito as crianças.

O terceiro capítulo: **A prática docente e o ensino da Música na Educação Infantil** apresenta o campo da pesquisa, a metodologia aplicada e a atuação dos sujeitos envolvidos no debate. Contempla também a análise dos dados coletados, pontuando as realidades do seu cotidiano escolar, com ênfase nas possibilidades e desafios na prática docente relativa ao ensino da música no cenário da Educação infantil.

Portanto, este trabalho não se encerra nesta discussão, pretende-se que a proposta aqui exposta sirva como fonte de pesquisa para estudos futuros, ou para aqueles que a necessitam de um aprofundamento sobre o tema, ou ainda como uma simples leitura, cujo intuito é enriquecer seu vocabulário e impulsionar sua cognição.

1 BREVES CONTEXTOS HISTÓRICO PELA HISTÓRIA DA MÚSICA

A música é uma arte, presente na história da humanidade desde os tempos mais remotos, que vai desde a época em que o homem não conhecia a linguagem oral falada, e tão pouco escrita. Contudo, a comunicação se dava por meio da utilização de desenhos feitos em rochas, nas cavernas onde viviam numa época em que a natureza era habitada por homens e animais de forma rústica, apenas visando a sobrevivência. Entretanto, é nessa era que surgem os primeiros instrumentos musicais rudimentares, originados de ossos e galhos ocos para imitar os sons nativos da natureza. Essa ocupação era a principal distração do povo naquele tempo (BRÉSCIA, 2003, p. 25).

A música do Brasil é uma mistura de elementos europeus, africanos e indígenas, trazidos respectivamente por colonizadores portugueses, escravos e os padres jesuítas que a usava em cultos religiosos e para atrair atenção à fé cristã sendo considerados os primeiros registros de manifestações musicais. Apesar de haver ensino de cantos e apresentação de instrumentos pelos padres jesuítas, não havia conotação educativa nessa prática, esse processo era puramente religioso, usado para espalhar a fé dos padres pela população indígena já existente aqui no Brasil. Os índios que já existiam também tinham suas práticas musicais e contribuiu efetivamente para uma imensa variedade de estilos musicais (ALMEIDA, 1926).

No período colonial e primeiro império chegam ao Brasil as valsas, polcas, tangos e outras diversas manifestações musicais estrangeiras, que no Brasil achavam veículo de expressão. Em relação a isso, Almeida (1926) em seu livro *A História da música Brasileira* discorre:

Queremos dizer que, na nossa música popular, é fácil distinguir as origens rítmicas, embora não se conservem exatas e essenciais. Um mundo de influências e interferências, o clima, o caldeamento do sangue, o cultivo e as condições de vida de lugar a lugar, tudo isso, que a arte popular reflete, refrangendo no prisma de suas intenções fez com que os cantares fossem variando dia por dia, contornando-se, modificando-se, mas sem perder o caráter básico e definitivo do ritmo (ALMEIDA, 1926, p.108).

Aos escravos trazidos nesse período para o Brasil, deve-se boa parte da formação da nossa música popular. O contato direto com a cultura desse povo enriqueceu a parte rítmica

da música feita no Brasil e nos proporcionando atualmente o que chamamos de riqueza musical brasileira (ALMEIDA, 1926).

Para tanto, o ensino de música, desde o descobrimento do Brasil até meados do século XX, acontecia de forma aleatória, sem conotação educativa, sem registros que elucidasse uma organização pedagógica para seu uso. Apenas era utilizada na perspectiva de ensinar a tocar instrumentos como: cravo, piano, violão, entre outros. Somente em 1854, o ensino de música no Brasil é regulamentado através de decreto real de nº 331A, em sintonia com a evolução da educação infantil reconhecida como instituição educativa (BRASIL, 1996).

Na contemporaneidade, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou em 18 de agosto de 2008 a lei nº 11.769, que torna obrigatória a disciplina de Música para o Ensino Fundamental e Médio de todas as escolas brasileiras, através do Projeto de Lei proposto pela Senadora Roseana Sarney. As instituições de ensino têm a partir deste ato, um prazo de três anos para adaptar seu currículo na área de artes. Portanto, para suprir a demanda de professores de Música, é preciso formação de profissionais qualificados para atuar nesse contexto.

1.1 A Criança e a Música na Educação Infantil

A música constitui uma ferramenta importante para a prática pedagógica, pois ela auxilia as crianças em seu desenvolvimento, desde que seja planejada e contextualizada de acordo com o currículo para essa faixa etária. A atividade musical na educação infantil está relacionada a cultura e aos saberes que os professores apresentam em suas experiências pessoais. Assim, o que se observa no dia a dia das escolas é que a formação musical específica dos educadores da educação infantil é ainda rara, visto que não há uma exigência atribuída a esta prática. Essa cultura adquirida com a vivência oportuniza a utilização da música nas ações pedagógicas no contexto escolar.

O contato das crianças com a música ocorre, segundo Borges (1994), prematuramente como podendo atestar facilmente quando reagem de forma prazerosa ao escutarem as cantigas de ninar, nos primeiros movimentos de dança, independentemente do contexto histórico-cultural ao qual estão imersas.

Assim, é por meio desse contato que o sujeito começa a desenvolver uma identidade, correlacionando com a música a sua volta. É por isso que ela assume significados diferenciados em cada cultura. Essa cultura segundo Penna (2008, p. 21) por ser:

[...] uma linguagem cultural, consideramos familiar aquele tipo de música que faz parte de nossa vivência; justamente porque o fazer parte de nossa vivência permite que nós nos familiarizemos com os seus princípios de organização sonora, o que torna uma música significativa para nós.

Para Oliveira, Bernardes e Rodriguez (1998, p. 104) “[...] Oas crianças, mesmo antes de aprenderem a falar, se expressam através de movimentos, sons e ritmos”, a experiência com os mais diversos sons e ruídos torna-se extremamente importante, uma vez que os mesmos proporcionam descobertas que levam a construção do conhecimento e a exploração de novas práticas alusivas a esta temática.

Ao ouvir uma música, a criança se concentra e tenta acompanhá-la, cantando e movimentando seu corpo. Dessa forma, elas estão desenvolvendo a sensibilidade rítmica de acordo com a melodia da canção. “Aprendendo a ouvir, a criança pode repetir uma música, recriando-a. É importante que nós, educadores, valorizemos o ato de criação da criança, para que ele seja significativo no seu contexto de desenvolvimento” (OLIVEIRA, BERNARDES e RODRIGUEZ, 1998, p. 104).

As afirmações acerca dessas premissas ressaltam que a receptividade da música é compreendida como um fenômeno corporal, ou seja, ao gostarem de acompanharem as músicas com movimentos corporais como: palmas, sapateados, volteios, danças, entre outros, as crianças entram em sintonia com o som e por meio do gesto favorece efetivamente um ciclo de relacionamento com a música que se dá de forma imediata, seja através dos aparelhos sonoros em seu reduto, ou do acalanto da sua mãe e ainda do canto advindo de outros indivíduos (JEANDOT, 1993).

Na esfera social e educacional, a música exerce forte influência sobre os seres humanos, agindo de forma ativa ou até mesmo inconsciente, estamos direta ou indiretamente nos relacionando com ela, muitas vezes quando ouvimos uma música começamos a nos familiarizar, recordando ou movimentando o corpo ou ainda cantarolando pequenas partes da melodia. Com as crianças não é diferente, quando elas brincam ou interagem com o universo sonoro, acabam descobrindo mesmo que de maneira involuntariamente, formas diferentes de se fazer música de forma muito simples.

Podemos destacar neste contexto, as habilidades que as crianças desenvolvem no tocante a musicalização nas mais variadas etapas do desenvolvimento infantil, que segundo Jeandot (1993), cada idade revela uma característica singular em relação à música, iniciando basicamente a partir dos dois anos de idade, expandindo por toda a infância e

consequentemente atravessando toda uma trajetória de vida. Assim, a autora descreve essas fases:

- 2 anos, a criança é capaz de cantar versos soltos, fragmentos de canções, geralmente fora do tom. Reconhece algumas melodias e cantores. Gosta de movimentos rítmicos em rede, cadeira de balanço, etc.;
- 3 anos, a criança consegue reproduzir canções inteiras, embora geralmente fora do tom. Tem menos inibição para cantar em grupo. Reconhece várias melodias. Começa a fazer coincidir os tons simples de seu canto com as músicas ouvidas. Tenta tocar instrumentos musicais. Gosta de participar de grupos rítmicos: marcha, pula, caminha corre, seguindo o compasso da música;
- 4 anos, a criança progride no controle da voz. Participa com facilidade de jogos simples, cantados. Interessa-se muito em dramatizar as canções. Cria pequenas músicas durante a brincadeira;
- 5 anos, a criança entoa mais facilmente e consegue cantar melodias inteiras. Reconhece e gosta de um extenso repertório musical. Consegue sincronizar os movimentos da mão ou do pé com a música. Reproduz os tons simples de ré até dó superior. Consegue pular em um só pé e dançar conforme o ritmo da música. Percebe a diferença dos diversos timbres (vozes, objetos, instrumentos), dos sons graves e agudos, além da variação de intensidade (forte e fraco);
- 6 anos, a criança percebe sons ascendentes e descendentes. Identifica as fórmulas rítmicas, os fraseados musicais, as variações de andamento e a duração dos valores sonoros. Adapta palavras sobre ritmos ou trecho musical já conhecido. Acompanha e repete uma sequência rítmica;
- 7 anos, a criança expõe e defende suas ideias. Ouve em silêncio, acompanhando a melodia e o ritmo da música. Canta acentuando a tônica das palavras. Bate as pulsações rítmicas com as mãos, enquanto o pé acentua o tempo mais forte. Distingue ritmos populares – baião, rock, samba, marcha, valsa –, expressando-se com o corpo, criando gestos livremente, segundo esse ritmo. Produz pequenas melodias (compostas de perguntas e respostas) segundo uma fórmula rítmica. Interpreta músicas com expressão e dinâmica;
- 8 anos, a criança é mais rápida em suas próprias reações e também compreende melhor as dos demais. Percebe e distingue com segurança os elementos rítmicos, criando frases rítmicas;
- 9 anos, a criança adquire maior domínio de si mesma. Gosta muito de conversar. É capaz de distinguir os elementos da música: melodia, ritmo, harmonia. Percebe o fraseado musical. Lê, interpreta e responde a fórmulas rítmicas;
- 10 anos, a criança facilmente cria sonoplastias para histórias e trilhas sonoras para novelas. Canta a duas ou três vozes. Gosta de cantar, mas não canções pueris. Escuta discos com entusiasmo, principalmente de músicas mais tocadas na televisão e no rádio;
- a partir de 11 anos, o entusiasmo é o traço mais característico. Facilmente a criança perde sua própria identidade em função do grupo. As tarefas coletivas a atraem. É a época de montar ópera, criar uma obra musical em conjunto. Os debates, no nível analítico, aumentam. Ouve com facilidade tanto a música popular quanto a clássica. Gosta muito de música americana. (JEANDOT, 1993, p. 63-64).

De acordo com o exposto, essas características são variáveis de criança para criança, visto que o desenvolvimento dos pequeninos ocorre conforme a interferência do trabalho realizado com a música no ambiente escolar. Contudo, ressalta-se a importância do cuidado que o educador deve ter para não enfatizar de forma excessiva à parte rítmica causando perdas

referentes aos elementos melódicos, culturais, formais e criativos, dos quais compõem a música.

Ampliando esta discussão, a música também possibilita a interação com a cultura adulta, ou seja, dos pais, avós e tios entre outras. Ao Brincar, as crianças fazem demonstrações espontâneas, quando em família ou por intervenção do educador no ambiente escolar, possibilitando a familiarização da criança com a música. Em diversas situações do seu convívio social, elas vivem em contato com a música.

Gordon (2000, p. 6) ressalta que:

Através da música, as crianças aprendem a conhecer-se a si próprias, aos outros e à vida. E, o que é mais importante, através da música as crianças são mais capazes de desenvolver e sustentar a sua imaginação e criatividade ousada. Dado que não se passa um dia sem que, duma forma ou doutra, as crianças não ouçam ou participem em [sic] música, é-lhes vantajoso que a compreendam. Apenas então poderão aprender a apreciar, ouvir e participar na música que acham ser boa, e é através dessa percepção que a vida ganha mais sentido.

Nesse contexto, destacamos a importância da compreensão da criança através da música. Por meio dessas atividades, ela poderá estabelecer vínculos com os gêneros e estilos que mais tenham significado para ela.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) salienta a importância do trabalho com atividades que envolvam música na pré-escola, uma vez que esta é uma excelente ferramenta para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio e da autoestima das crianças.

Segundo os parâmetros curriculares, Joly (2003, p. 116) discorre que: “A criança, por meio da brincadeira, relaciona-se com o mundo que descobre a cada dia e é dessa forma que faz música: brincando. Sempre receptiva e curiosa, ela pesquisa materiais sonoros, inventa melodias e ouve com prazer a música de diferentes povos e lugares”.

Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mão, são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem às necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva (BRASIL, 1998).

Conforme salientam Forquin e Gagnard (1982) apud Nicolau (1997, p. 251), sobre a importância da música na educação infantil atestando que:

A música é um inestimável benefício para a formação, o desenvolvimento, o equilíbrio da personalidade da criança e do adolescente; o acesso à música constitui-se nas possibilidades de criar, de interpretar ou de ouvir, que podem ser estimuladas, desenvolvidas e educadas.

O objetivo proposto no ensino da música não reside na transmissão de técnicas, mas no desenvolvimento pelo gosto e sua habilidade para assim, captar a linguagem musical além de expressar-se através dela, oportunizando o acesso da criança a um imenso acervo musical que se vem construindo ao longo do tempo.

Para tanto, cabe ao educador à responsabilidade enquanto exemplo de imitação da criança. É preciso nesse âmbito, ser crítico e criativo nas opções do que se devem apresentar as crianças, assegurando, desta forma, que seu trabalho seja algo interessante tanto para os pequeninos assim como para ele.

Nesse sentido, é imprescindível estimular a criança a fazer suas próprias descobertas, sendo mediada pelo educador para que possam enriquecer seu repertório musical através de materiais a serem explorados, observando o desempenho de cada criança e planejando atividades que envolvam músicas de diferentes povos e culturas em épocas distintas. O pleno exercício do educador deve ser criativo para despertar a motivação na criança, pensando em novas possibilidades de aprendizagem além de facilitar, quando solicitado, as atividades dos alunos (JEANDOT, 1993).

Nesse ambiente de interação, é necessário que a ludicidade seja integrada nesse contexto. Assim, é através das brincadeiras que podemos explorar a imaginação das crianças e, assim contribuir para sua aprendizagem. As brincadeiras relacionadas com a música como: brincar com os objetos sonoros que estão ao seu alcance, experimentar as possibilidades da sua voz e imitar o que ouve, favorece a caracterização dos objetos dando significado aos sons que antes inertes, agrupando-os de forma que comecem a fazer sentido e dessa forma constrói o conhecimento por meio da ludicidade.

De acordo com essa reflexão, inferimos que as experiências podem proporcionar para a criança uma aprendizagem significativa. Nessa perspectiva, Maffioletti (2001, p. 130) salienta: “É isso que fará dela um ser humano capaz de compreender os sons de sua cultura [...]”.

Paschoal e Zamberlan (2005) também destacam a importância do educador organizar um espaço que permita a participação de todas as crianças, disponibilizando recursos das mais

variadas fontes sonoras como brinquedos, instrumentos musicais e objetos diversos, incluindo neste contexto até mesmo os materiais recicláveis contidos neste campo.

Portanto, compreendemos a música segundo Jeandot (1993) como uma expressão da linguagem e, dessa forma, deve-se seguir, o mesmo processo de desenvolvimento adotado com a linguagem falada, fazendo-se necessário que a criança seja apresentada à linguagem musical interagindo com ela sobre e por meio da música.

Vale ainda salientar, segundo a autora, que da mesma forma que acontece com a linguagem, cada grupo social, cada civilização possui sua expressão musical própria. Portanto, nessa perspectiva, antecedente a ação transmissora da musicalidade cultural pelo professor é importante que o mesmo investigue o universo musical do qual a criança faz parte, incentivando dessa forma a criação de novas formas de expressão por meio da música.

Na educação infantil os fatos musicais devem induzir ações, comportamentos motores e gestuais – ritmos marcados caminhando, batidas coa as mãos e até mesmo falados, inseparáveis da educação propriamente dita. Essas atividades permitem que a criança conheça melhor a si mesmas, desenvolvendo sua noção de esquema corporal, e também a comunicação com o outro.

Outras possibilidades para um trabalho de linguagem musical na educação infantil, e o estímulo ao desenvolvimento do instinto rítmico com ordens para andar, correr, rolar; marcação com a pulsação do coração, fazendo com que a criança ouça os batimentos do coração do amigo antes e depois de uma atividade e apresentar canções relacionadas ao que está trabalhando.

Todas as atividades citadas no parágrafo anterior devem ser usadas na educação infantil, apesar de sabermos que alguns educadores realizam atividades musicais apenas para cumprir outras funções e não com essa linguagem.

Ainda que esses procedimentos venham sendo repensados, muitas instituições encontram procedimentos para integrar a linguagem musical ao contexto educacional. Contata-se uma defasagem entre o trabalho realizado na área da música e nas demais do conhecimento, evidenciada pela realização de atividades de criação e a elaboração musical. Nesses contextos, a música é tratada como se fosse um produto pronto, que se aprende a reproduzir, e não uma linguagem cujo conhecimento constrói (BRASIL, 1988, p. 47).

A partir do momento em que a criança entra em contato com a música, seus conhecimentos se tornam mais amplos e este contato vai envolver também o conhecimento se tornam mais amplos e este contato vai envolver também o aumento de sua sensibilidade e fazê-la descobrir o mundo a sua volta de forma prazerosa. Seus relacionamentos sociais serão

marcados através deste contato e sua cidadania será trabalhada através dos conceitos que inevitavelmente são passados através das letras das canções. Deve-se dar oportunidade da criança a possibilidade de tornar-se um ser crítico com a capacidade de comunicação por meio da diversidade musical.

Dessa forma, os conteúdos relacionados à musicalização deverão ser desenvolvidos nas instituições de educação infantil como conceitos em construção organizados em um processo contínuo e integrado de modo que as crianças desenvolvam, dentre outras, as capacidades de identificar e explorar os elementos da música a fim de que se expressem, interajam e ampliem seus conhecimentos sobre o mundo.

Portanto, é preciso apresentar e compreender a prática de como a música pode ser usado na escola, uma vez que ela é um recurso pedagógico fundamental na construção do conhecimento, pelos pequenos. Nesse intuito, se faz necessário elaborar atividades com música que contribuam no desenvolvimento das crianças da educação infantil, bem como atividades musicais que possam contribuir efetivamente na aquisição da aprendizagem.

1.2 O papel da música na Educação Infantil

A aprendizagem torna-se significativa quando as necessidades impostas pela sociedade são atendidas com vistas nos parâmetros atuais que exigem acima de tudo um ensino de qualidade. Atualmente, é fundamental a ludicidade no ambiente educacional, visando a aquisição dos conhecimentos pelos educandos.

Neste âmbito, compreendemos que a música faz parte do lúdico e que é um instrumento de superação e inclusão de uma entidade educativa que se mostra compromissada com uma educação moderna, atualizada, cujo objetivo de sanar todas as dificuldades encontradas neste caminho. Assim, torna-se essencial que os educadores considerem a ludicidade intrínseca da criança, aproveitando-a na estimulação da aprendizagem, fazendo da música uma aliada para efetivação desta prática.

Nessa perspectiva, o pesquisador Negrine (1997, p. 4) em seus estudos sobre a aprendizagem e o desenvolvimento infantil afirma que “quando a criança chega a escola, traz consigo toda uma pré-história, construída a partir de suas vivências, grande parte dela através da atividade lúdica”.

A atividade lúdica, além de contribuir para deixar o ambiente alegre, é propícia a educação, uma vez que ela prepara o indivíduo para o futuro e suas responsabilidades, melhorando o desempenho e a concentração, resultando em um aproveitamento promissor na aprendizagem de diversas disciplinas como: a matemática, leitura e outras competências da criança.

Para Mársico (1982, p. 148) “[...] uma das tarefas primordiais da escola é assegurar a igualdade de chances, para que toda criança possa ter acesso à música e possa educar-se musicalmente, qualquer que seja o ambiente sociocultural de que provenha”.

A música no ambiente escolar proporciona uma grande contribuição para as crianças em situações de déficit, pois ela faz com que o discente se adapte a esse meio, favorecendo o desenvolvimento afetivo e ampliando a atividade cerebral, ajudando na integração deste sujeito na sociedade em que se encontra.

Ouvir é uma das ações fundamentais para a construção do conhecimento humano e a música é uma grande ferramenta neste contexto. A importância de se desenvolver a escuta nas crianças, é algo imprescindível, ressaltando a dimensão de se desenvolver a habilidade sensitiva e ativa das crianças.

Segundo Jeandot (1990, p. 22):

Todos nós ouvimos a música de acordo com nossas aptidões variáveis, sob certos aspectos, em três planos distintos: sensível, expressivo e puramente musical, o que corresponde ao ouvir, escutar e compreender. Essa é a razão pelo qual o professor deve respeitar o nível de desenvolvimento em que a criança se encontra, adaptando as atividades, de acordo com suas aptidões e de seu estágio auditivo.

Portanto, o educador exerce um papel essencial na elaboração das atividades correspondentes a cada nível de desenvolvimento de cada aluno, oportunizando as crianças uma maneira de sobressair com êxito na realização das atividades propostas neste contexto.

2 A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 Marco inicial da Educação Infantil: O advento das creches

A primeira instituição voltada ao atendimento a crianças teve origem na Europa Medieval e foi chamada de “roda dos expostos” ou dos “enjeitados” (MARCÍLIO, 1999). Com função inteiramente assistencialista e caritativa, o objetivo proposto era ocultar a identidade das mães solteiras que geralmente pertenciam à corte e que na época vigente era motivo de depredação e humilhação. Como discorre Rizzo (2006, p. 37): “[...] somente estas tinham do que se envergonhar e motivo para descartar do filho indesejado; as pobres precisavam dos filhos para ajudar no trabalho, e dos filhos das escravas precisavam os senhores abastados”.

Assim, compreendemos essa instituição denominada “roda” como um lugar de anonimato para aqueles que não podiam se expor diante de tais circunstâncias, visto que o não surgimento desse ambiente resultaria em um mal maior, que seria o aborto e o infanticídio. Outro aspecto relevante desse advento serviu para defender a honra das famílias cujas filhas teriam concebido filhos fora do matrimônio. E ainda, serviu também de subterfúgio para se regular o tamanho das famílias, dado que na época não havia métodos eficazes de controle da natalidade (MARCÍLIO, 2006, p. 74).

Conforme Marcílio (2006, p. 55), “[...] na realidade, a quase totalidade destes pequenos expostos nem chegavam à idade adulta”. Isso ocorria devido a precariedade do trabalho prestado nesta instituição.

Com a chegada da Revolução Industrial no século XIX, suscitaram muitas mudanças em torno dessa temática em todos os âmbitos da sociedade. Camponeses passaram a ser requisitados para o trabalho nas fábricas que se instalaram nos centros urbanos. Com isso, as mulheres precisavam trabalhar para ajudar no sustento da casa e assim também prestavam serviço e tinham uma jornada de trabalho excessiva de até doze horas por dia, necessitando do cuidado dessas instituições de acolhimento aos pequeninos.

Rizzo (2006, p. 32) afirma que “as modificações sociais verificadas em decorrência das novas, e sempre em mudança, estruturas de trabalho afetaram profundamente a organização familiar e provocaram o afastamento da figura materna, que passou a deixar a casa e o filho, para trabalhar fora”.

A partir do surgimento da industrialização e da expansão do capitalismo houve a necessidade de criar um local para deixar os filhos das operárias. Muitas mães por não terem nenhuma alternativa disponível deixavam seus filhos nas casas de mulheres chamadas “fazedoras de anjo”. Foram assim denominadas porque a maior parte das crianças deixadas nestes lugares morriam em consequência da falta de higiene e da má alimentação, bem como dos maus tratos e doenças oriundas daquela época.

“O advento da indústria modificou profundamente a estrutura social vigente, modificando costumes de dentro da família e o papel da mulher dentro de casa, e resultou em grandes mudanças com relação à proteção da criança” (RIZZO, 2006, p. 31).

A infância continuava a ser ignorada e muitas crianças abandonadas ficavam vagando pelas ruas. Algumas pessoas, humanitárias se compadeciam da realidade vivida por aqueles seres, resolveram acolher os “pobres indefesos” e, dessa ação resultou nos aplausos da sociedade “[...], pois todos queriam ver as ruas limpas do “estorvo” e da “sujeira” provocados pelas crianças abandonadas” (RIZZO, 2006, p. 32).

Os primeiros espaços destinados ao abrigo dos filhos das mulheres operárias foram criados devido à pressão exercida pelas estas trabalhadoras, que reivindicaram pela criação de um local apropriado para se deixar os filhos, atendendo aos interesses dos patrões, donos de fábricas, e das imposições do movimento feminista.

No ano de 1844, foi criada em Paris a primeira creche cujo significado em português é manjedoura, lugar onde comem os animais assemelhando-se desta maneira, a figura das crianças com a dos animais. Este lugar não assegurava nenhum tipo de assistência digna para as crianças porque não supria nem mesmo as suas necessidades básicas (RIZZO, 2006, p. 32).

Em 1837, surgiram os primeiros jardins de infância criados por Frederick Froebel, cuja finalidade se remetia ao atendimento às crianças pobres das favelas alemãs.

Não apenas Froebel, mas outros pensadores se destacaram pelos seus trabalhos voltados à assistência infantil. Podemos citar como fundadores desse processo a médica Maria Montessori que criou a “Casa de Bambini” ou “Casa das Crianças” direcionada ao atendimento de crianças pobres de um bairro operário na Itália. A médica deixou contribuições para o atendimento à criança e, por consequência, para a educação (RIZZO, 2006, p. 38).

Nesse contexto histórico, sintetizamos a compreensão sobre o surgimento das creches e entidades infantis reafirmando os trabalhos de Froebel que deu início aos jardins de infância nas favelas alemãs (Berlim), em pleno surgimento da Revolução Industrial. Em seguida, Montessori, no final do século passado e início deste, desenvolveu trabalhos pré-escolares

voltados para crianças pobres de favelas italianas. Desta forma, salientamos as contribuições de MacMillan, posterior a Montessori, que viu a real necessidade de assistência médica e psicológica para sanar possíveis deficiências cognitivas das crianças.

Nessa perspectiva, suscitou nos Estados Unidos no início do século XX, a defesa pela institucionalização de asilos, lares e estabelecimentos para abrigar as crianças pobres. Contudo Rizzo (2006, p. 38), ressalta: [...] “a educação pré-escolar do pobre continuou, ainda por muitos anos, sendo de responsabilidade filantrópica, de caráter assistencialista e eventual”.

2.2 O espaço físico das instituições de Educação Infantil de acordo com os trâmites legais

No Brasil a ausência de políticas públicas e o descaso a assistência as crianças pequenas menores de cinco anos pelo Estado provocaram a falta de planejamento e a criação de infraestrutura adequadas para o atendimento dessa faixa etária. A principal causa desse descaso público se reporta a falta de investimentos resultantes da precariedade das instalações de muitas instituições que atendem essas crianças de 0 a 5 anos de idade.

Assim, essa precariedade ou mesmo a ausência de serviços básicos, além de outros elementos referentes à infraestrutura atingem tanto a saúde física quanto o desenvolvimento integral das crianças. Entre eles está a inexistência de áreas externas ou espaços alternativos que propiciem às crianças a possibilidade de estar ao ar livre, em atividade de movimentação ampla, tendo seu espaço de convivência, de brincadeira e de exploração do ambiente enriquecido (BRASIL, 2006a, p. 10).

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, como mostra os Artigos 205, 206 e 208, o Estado brasileiro passou a responsabilizar-se legalmente com vias a garantir o acesso e a permanência das crianças de 0 a 5 anos na escola:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII – garantia de padrão de qualidade.
[...]
Art. 208. Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.

Segundo Corrêa (2003) a redação abordada nos artigos supracitados acima salienta a ampliação dos direitos das crianças, bem como a concepção de qualidade aplicada nos documentos oficiais da educação brasileira. O autor relata:

Quanto à questão educacional, o aspecto mais relevante da Constituição Federal de 1988 para a educação infantil está em seu art. 208, inciso IV, ao afirmar que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. Além de outros tópicos importantes no que diz respeito ao atendimento de 0 a 6 anos na lei maior do país, interessa destacarmos, no seu artigo 206, no qual se afirmam os princípios sob os quais o ensino deve ser ministrado, o contido no inciso VII – “garantia de padrão de qualidade” – como um dos norteadores também para as instituições de educação infantil. Com base nesses artigos, podemos concluir que, no plano legal, a oferta de educação infantil não apenas passar a ser uma obrigação do Estado como também dever ser oferecida com qualidade (CORRÊA, 2003, p. 91).

Para tanto, ao considerarmos os trâmites da Constituição Federal de 1988, a qual ressalva um grande avanço para a educação brasileira, com vista nas instituições de educação infantil que se encontra em péssimas condições de utilização. Contudo, esse aspecto nos faz considerar que os direitos das crianças são ignorados neste âmbito.

A concepção de infância é construída historicamente e transformada à medida que a sociedade sofre mutações políticas, econômicas, sociais e culturais. Assim, ressalta o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990, ao considerar as crianças e adolescentes como sujeitos em desenvolvimento e aptos de direitos, dos quais se destaca a proteção integral no âmbito familiar, escolar, como também em outros ambientes de convívio da criança e adolescentes na sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente decreta os seguintes direitos como essenciais: direito à vida familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer (cap. III).

Quanto à educação, o direito a pré-escola previsto para todas as faixas etárias, incluindo a criança de 0 a 6 anos de idade. Contudo, vale salientar nessa discussão acerca da

qualidade na educação infantil, dois importantes aspectos que consideramos mais relevantes contidos no ECA:

Art. 5º [...] nenhuma criança ou adolescente será objeto de crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 53 A criança e o adolescente têm o direito à educação, visando ao pleno exercício da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II- direito de ser respeitado por seus educadores;

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência (BRASIL, 1990).

Com a aprovação do ECA em 1990 foram criados os Conselhos de Direitos cuja finalidade consiste em zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

O Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA), Lei n. 8.242 de 12 de outubro de 1991, exerce funções nas esferas municipais, estaduais e federais. Possui caráter deliberativo, cuja responsabilidade é formular, controlar e possibilitar a efetivação das políticas públicas para a infância e adolescência. Dessa forma, atuam também os Conselhos Tutelares, entidades autônomas que têm suas competências voltadas para o cumprimento dos deveres e direitos da criança e do adolescente.

Em 1996, após sete anos de discussões e trâmites legais, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Este documento contribuiu de forma significativa para a mudança de rumos na educação brasileira ao reafirmar as responsabilidades dos Estados e municípios na busca de qualidade para a Educação Infantil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, além de ratificar o contido na Constituição e no Eca quanto à obrigatoriedade de oferecimento de educação infantil em creches e pré-escolas por parte do Estado (art. 40, inc. IV), em seu art. 29 define como finalidade da educação infantil: “o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” E ainda, atesta que a avaliação nessa etapa da educação “far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso do ensino fundamental”.

Segundo Corrêa (2003, p. 86), todos os estudos sobre o fenômeno educacional implícita ou explicitamente, parece discutir, questionar e, no limite, apontar novos métodos,

estratégias, meios etc., para uma melhoria da assim chamada qualidade da educação. O mesmo vale para as políticas educacionais, especialmente no que diz respeito às chamadas “reformas educacionais” que, ao menos no plano do discurso, justificam suas propostas e projetos com base na necessária busca da melhoria da qualidade da educação. Ao mesmo termo, contudo, pode assumir diferentes significados e posicionamentos tanto ideológicos quanto práticos.

O autor ainda ressalta que a “qualidade” não se traduz em um conceito único, universal e absoluto, é um conceito relativo baseado em crenças, valores e subjetividades.

Contudo, os documentos oficiais não explicam o que seria a qualidade e não especificam critérios para alcançá-la. Em outro ângulo, segundo o governo: “na LDB, a construção e a conservação das instalações escolares são incluídas nos orçamentos de educação. A partir daí, uma série de documentos legais é produzida com o objetivo de definir critérios de qualidade para infraestrutura das unidades destinadas à educação da criança de 0 a 6 anos” (BRASIL, 2006a, p. 10).

Os documentos oficiais enfatizam a importância de ser realizar investimentos, estudos abrangentes de infraestrutura e planejamentos detalhados dos espaços das creches para que, seja possível suprir as “[...] reais expectativas e necessidades dos usuários (crianças, professores, funcionários, comunidade e administradores)” (BRASIL, 2006a, p. 34).

Entretanto, o descaso frente à situação em que se encontram muitas creches e pré-escolas brasileiras revela que apesar da LDB (1996) ter aclamado a educação infantil como direito das crianças com idades entre 0 a 5 anos, a aplicação desses direitos ainda não foi totalmente concretizada. Mesmo contendo financiamentos que assegurem esta importante etapa da educação, esta Lei tornou-se omissa e a importância do espaço físico para a aprendizagem nesta perspectiva está em segundo plano, ou simplesmente inexplorado. Após a promulgação da LDB (2006), outros documentos oficiais foram elaborados com a finalidade de contemplar o desenvolvimento da criança em todos os aspectos.

Posteriormente, em 1998 foram criados os Referenciais Curriculares Nacionais com o objetivo de auxiliar o trabalho educativo junto às crianças pequenas junto a Educação Infantil. Estes foram divididos em três volumes, não constando caráter obrigatório, porém, esse documento elevou o desenvolvimento integral das crianças ao destacar o respeito à infância e o direito à cidadania.

Conforme os trâmites elencados nos documentos oficiais que abordam essa temática “a brincadeira” constitui parte integrante desse processo educativo na Educação Infantil, visto que é uma atividade fundamental que proporciona ao desenvolvimento motor, cognitivo,

afetivo, a socialização entre outros aspectos, e é por isso que é necessário que tanto o espaço interno quanto o externo deste ambiente sejam amplos e adequados de modo a assistir essas crianças no seu processo de aprendizagem através da ludicidade. Nessa perspectiva, faz-se necessário um espaço planejado, pois “na área externa, há que se criar espaços lúdicos que sejam alternativos e permitam que as crianças corram, balancem, subam, desçam e escalem ambientes diferenciados, pendurem-se, escorreguem, rolem, joguem bola, brinquem com água e areia, escondam-se etc.” (BRASIL, 1998, p. 69).

Ao abordar o conceito de criança, os Referenciais Curriculares Nacionais também enfatizam que a propostas pedagógicas para educação infantil devem “respeitar os seguintes parâmetros norteadores”:

- a) Princípios Éticos da autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao bem comum;
- b) Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática;
- c) Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais (BRASIL, 1999).

De acordo com estes princípios, podemos inferir segundo as Diretrizes, que torna-se necessário pautar ações pedagógicas delimitados por princípios de ludicidade e manifestações culturais. Todavia, para a efetivação desses princípios, é necessário que as atividades pedagógicas propostas concebam a importância do espaço físico e o visualizem como uma ferramenta educativa.

As Diretrizes ainda ressaltam que:

As Propostas Pedagógicas e os regimentos das Instituições de Educação Infantil devem, em clima de cooperação, proporcionar condições de funcionamento das estratégias educacionais, do uso do espaço físico, do horário e do calendário escolar, que possibilitem a adoção, execução, avaliação e aperfeiçoamento das diretrizes (BRASIL, 1999, p. 18).

Diante da necessidade de se estabelecer as especificidades da Educação Infantil tanto em nível privado quanto no público, foram estabelecidas as Diretrizes Operacionais (CNE 4/2000, aprovado em 16/12/2000). Possuem caráter mandatório, impondo as instituições que

funcionarem juntamente com o sistema de ensino deve-se respaldar de acordo com as normas municipais, estaduais e federais. Como salienta este documento:

No tocante aos espaços internos e externos os mesmos devem estar coerentes para atender as diferentes funções da Educação Infantil, sendo também suficiente para a utilização de mobiliários e equipamentos adequados. Devem estar dispostos de acordo com as exigências pautadas pelas diretrizes operacionais: local para repouso individual pelo menos para crianças com até um ano de idade, área livre para movimentação das crianças, locais para amamentação e higienização e espaço para tomar sol e brincadeiras ao ar livre (BRASIL, 2000b, p. 628).

Outro marco importante para a história da Educação Infantil foi a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001, o qual também abordou a questão da falta de espaço físico nas instituições que assistem às crianças menores de 5 anos de idade. Porém, mesmo com tantos projetos e leis, não apresentou avanços em relação à política de financiamento para o atendimento das creches e pré-escolas brasileiras.

Passados aproximadamente cinco anos após a aprovação do PNE/2001 o Ministério da Educação (MEC) em conjunto com Secretaria de Educação Básica (SEB) elaboraram os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (Brasil, 2006a).

O documento respalda a importância ao considerar a criança como sujeita no processo de ensino/aprendizagem, reconhecendo as influências que o ambiente educacional exerce neste mesmo processo.

Segundo os Parâmetros de Infraestrutura, torna-se essencial a elaboração de estudos de viabilidade e planejamento que incluem desde o projeto arquitetônico, a escolha dos materiais e até mesmo de acabamentos, para garantir a qualidade do espaço físico e ao mesmo tempo “[...] estabelecer o perfil da creche ou da pré-escola a ser construída” (BRASIL, 2006a, p. 16).

Rosemberg (1994) alerta para a importância de se refletir e ponderar sobre os vários aspectos relacionados à expansão do atendimento para toda a faixa etária de zero a cinco anos e indaga:

É possível propor-se a expansão da cobertura sabendo-se que creches e pré-escolas vêm sendo usadas por crianças com mais de 7 anos, em desrespeito a preceitos constitucionais? É possível sugerir-se a expansão do atendimento que atinge, em algumas regiões e programas, níveis tão baixos de qualidade, que agridem direitos fundamentais da pessoa humana? (ROSEMBERG, 1994 apud CORRÊA, 2003, p.95).

Segundo Corrêa (2003) os inquéritos levantados em torno dessa temática possibilitam a reflexão sobre as contradições existentes entre os direitos das crianças consolidados no plano legal, e o desrespeito com que vem sendo implantadas as políticas públicas de Educação Infantil no Brasil. Evidencia-se um abismo entre o plano legal que reconhece os direitos da criança e a aplicação real desses direitos.

Também no ano de 2006, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) em conjunto com a Secretaria de Educação Básica (SEB), Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI) e Departamento de Políticas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental (DPE) elaboraram os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.

Outro avanço que merece destaque é o atual esforço do Ministério da Educação para elaborar padrões de qualidade para a educação infantil. Esta iniciativa surgiu para suprir a falta de uma definição clara e consistente de Qualidade e estabelecer indicadores específicos de qualidade que possam ser quantificados, medidos, monitorados e cumpridos. A iniciativa demonstra que o governo está consciente de que existe um problema no cumprimento da legislação do setor. “Padrões com parâmetros mensuráveis ajudarão a facilitar o monitoramento das normas vigentes” (BRASIL, 2009b, p. 50).

No plano legal não faltam documentos e nem parâmetros de referência para serem utilizados pelas unidades de Educação Infantil que buscam melhorias para o atendimento às crianças pequenas. As creches podem utilizá-los na elaboração de uma infraestrutura planejada com vistas a garantir a qualidade do espaço para os seus usuários.

No contexto legal da educação existem várias instâncias que tem suas atribuições definidas. No nível federal encontra-se o Ministério da Educação (MEC), no estadual incluem-se as secretarias de estados e Distrito Federal e nos municípios estão às secretarias municipais de educação. Todos estes órgãos precisam estar em conformidade com a legislação educacional nacional. Assim, sendo uma das atribuições dos municípios consiste na “[...] elaboração de padrões de infraestrutura para as instituições de educação infantil de acordo com os parâmetros nacionais e com a Lei de Acessibilidade” (BRASIL, 2006c, p. 22).

Segundo o documento “Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos”, elaborado em 2006, um dos objetivos das diretrizes para a Política Nacional para a Educação Infantil é: “Garantir espaços físicos, equipamentos, brinquedos e materiais adequados nas instituições de Educação Infantil, considerando as necessidades especiais e a diversidade cultural” (BRASIL, 2006d, p. 19).

Neste documento, reconhece-se a condição da criança como sujeito de direitos e, no contexto educacional, afirma a importância de ter esse mesmo direito efetivado e traduzido

principalmente pela inserção da criança na Educação Infantil. Porém, “[...] somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever de Estado (BRASIL, 2006d, p. 7).

A partir do exposto, destacamos que não faltam documentos e parâmetros que abordem a importância do espaço físico na Educação Infantil. Muitas conquistas vêm sendo alcançadas, todavia há um longo caminho a ser percorrido, visto que o atendimento à criança pequena no Brasil foi tardio e que é necessário, segundo os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil, “superar desafios antigos, esclarecendo questões que ainda suscitam dúvidas nos dias atuais” (BRASIL, 2006c, p. 3).

Sabemos que não basta transferir as creches para os sistemas de ensino, pois “na sua história, as instituições pré-escolares destinaram uma educação de baixa qualidade para as crianças pobres, e isso é que precisa ser superado”. (KUHLMANN, 1998 apud BRASIL, 2006b, p. 208).

Muitas reivindicações têm sido feitas no sentido de se trazer para o plano legal a efetivação dos direitos das crianças. No plano legal, muito esforço tem sido feito no sentido do reconhecer a importância do desenvolvimento integral da criança. Nesse contexto, o espaço físico constitui-se em um elemento essencial para a aprendizagem significativa, desde que também seja adequado às necessidades reais de seus usuários.

Um aspecto importante na trajetória da educação das crianças de 0 a 6 anos, gerado pela sociedade, é a pressão dos movimentos sociais organizados pela expansão e qualificação do atendimento. Historicamente, essa demanda aumenta à medida que cresce a inserção feminina no mercado de trabalho e há uma maior conscientização da necessidade da educação da criança sustentada por uma base científica cada vez mais ampla e alicerçada em uma diversificada experiência pedagógica (BRASIL, 2006d, p. 7).

Na última década muitos debates e seminários vêm sendo realizados no sentido de se obter subsídios para “[...] o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996, art. 29).

Na realidade, constata-se a falta de investimentos na educação infantil principalmente em relação à infraestrutura das creches. Esta precariedade afeta negativamente o atendimento às crianças pequenas e se traduz em desrespeito aos direitos constitucionais das crianças previstos em leis como a Constituição Federal (1988), ECA (1990) e LDB (1996).

Diretrizes que regulamentam a pedagogia da educação infantil, mas o cumprimento delas continua sendo problemático. A causa disso é que nem todos os serviços de educação

infantil forma integrados ao sistema educacional brasileiro e reconhecidos como instituições educativas que se encontra estagnado. Conflitos setoriais, limites à capacidade dos municípios e falta de recursos financeiros são considerados fatores que contribuem para tal situação (BRASIL, 2009b, p. 25).

Segundo os resultados desta avaliação sobre a Política de Educação Infantil no Brasil, “Os gastos com a educação infantil no Brasil diminuíram nos últimos anos em comparação com outros níveis educacionais. O país tem uma crescente necessidade de mais investimentos na educação infantil [...]” (BRASIL, 2009b, p. 26).

De acordo com a legislação educacional brasileira, grandes esforços têm sido feitos na busca de melhorias para ao atendimento das crianças pequenas em creches e pré-escolas. Do mesmo modo, muitas orientações têm sido dadas no sentido de contribuir também para a busca e execução de melhorias no espaço físico das creches.

Ao conceber o espaço físico das creches como um elemento educativo, entendemos que a sua utilização reduzida e a disposição inadequada dos mobiliários afetam de modo negativo a aprendizagem das crianças, reduz a possibilidade de adquirir melhorias na qualidade do atendimento, prejudica desenvolvimento integral das mesmas e fere os direitos constitucionais destes cidadãos.

2.3 As creches no Brasil e a introdução da música educacional neste ambiente de trabalho

As primeiras instituições pré-escolares e as primeiras creches foram fundadas no Brasil a princípio num contexto capitalista. “A ideia da infância não existiu sempre e nem da mesma maneira, [...] ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial” (KRAMER, 1995, p. 19). Assim, com a dialética sobre a construção de uma sociedade moderna, chamada de “Era dos Impérios” por Eric Hobsbawn destacando as novas instituições, denominadas “jardim de infância”, como entidades particulares, de atendimento à elite, ao lado das “creches” ou “asilos” que atendiam as crianças pobres (HOBSBAWN, 1988, p. 41). As creches eram ambientes voltados ao atendimento de uma clientela integrante da população constituída por crianças de baixa renda. Segundo Faria (1997), essas eram de caráter assistencialista e compensatório, nas quais as crianças eram consideradas seres fora do “padrão da infância”, “carentes”, “deficientes” e portadoras de uma “cultura inferior”.

Por influência da colônia portuguesa no país foi estabelecida uma atividade educativa chamada “roda de expostos”¹ que se constituiu em uma das instituições mais duradouras na história do atendimento à primeira infância no Brasil. Seu advento se deu no período colonial em 1500 existindo até 1822, expandindo-se durante o período imperial entre os anos de 1822 a 1889, se extinguindo apenas em 1888 com o fim da escravidão.

“A tradição passou para o Brasil quando no século XVIII, se reivindicou a coroa a permissão de se estabelecer uma primeira roda de expostos na cidade de Salvador da Bahia, junto à sua Misericórdia e nos moldes daquela de Lisboa” (MARCILIO, 2006, p. 59).

Sabemos que a verdade exposta durante a época colonial, as municipalidades deveriam, por imposição das Ordenações do Reino, amparar toda criança abandonada em seu território. No entanto, esta assistência não existiu, não criou nenhuma entidade especial para acolher os pequenos desamparados. As câmaras que amparavam seus expostos limitaram-se a pagar um estipêndio irrisório para que as amas-de-leite amamentassem e criassem as crianças (MARCILIO, 2006. p. 53).

Desta forma, missionários assumiram o papel das câmaras municipais que procuravam se eximir das suas atribuições quanto amparo à criança. Diante dessa realidade Marcílio (2006, p. 78) afirma: “Além disso, ordens religiosas de caridade fundaram asilos e orfanatos por toda parte”.

No período em que a colônia se manteve no poder, foram implantadas três rodas dos expostos no Brasil. A primeira em Salvador, outra no Rio de Janeiro e a última em Recife. Assim, como o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, a roda dos expostos também sobreviveu até a década de 1850 como foi o caso de Salvador. Deste modo, considera-se que os avanços na história do atendimento a criança brasileira são tardios, pois por “[...] quase por século e meio a roda de expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil” (MARCILIO, 2006, p. 53).

Mesmo após o declínio da coroa portuguesa e a proclamação da Independência do Brasil, as três rodas coloniais continuaram a funcionar, e de acordo com a Lei dos Municípios de 1828, toda a cidade que houvesse uma Misericórdia teria que prestar serviços e assistência aos enjeitados aceitando deste modo a instalação das rodas nestes locais. Contudo, “perdia-se,

¹ A “roda dos expostos” foi uma casa de assistência infantil que deveria garantir a sobrevivência do enjeitado e preservar oculta a identidade da pessoa que abandonasse ou encontrasse abandonado um bebê. De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criança que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou Rodeira – que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido (MARCÍLIO, 1998).

assim, o caritativo da assistência, para inaugurar-se sua fase filantrópica, associando-se o público e particular” (MARCILIO, 2006, p. 62).

A escassez de políticas públicas assistencialistas à primeira infância fez com que esse papel fosse ocupado por missionários e, como consequência, o atendimento passou a ser incorporado nas instituições de amparo às crianças.

Assim, a filantropia passa a substituir o caráter caritativo das instituições de amparo às crianças e iniciou-se “então nos inícios da nova fase assistencialista filantrópica, que foi preponderante entre nós até bem recentemente, nos anos de 1960” (MARCILIO, 2006, p. 78).

A acelerada expansão do capitalismo no século XIX provocou grandes transformações nas relações de trabalho. A urbanização ora crescente e industrialização em alta neste período ocasionaram a preocupação em relação à guarda dos filhos das mulheres trabalhadoras, pobres e escravas. Os patrões não queriam criar os filhos dos negros que já nasciam livres pela Lei do Ventre Livre, e os donos de fábricas não queriam ter a produção interrompida pela ausência das mulheres-mães.

Assim, houve a necessidade de se conseguir um ambiente para deixar as crianças enquanto as mães trabalhavam, e, propiciando a criação das primeiras instituições para acolher os filhos das mães-operárias. Porém, este local funcionava de forma precária, sem cuidados básicos de higiene, alimentação e também sem pessoal preparado para exercer tal tarefa, assim estes “espaços” funcionavam como verdadeiros depósitos de crianças.

Essa realidade ainda foi intensificada com a vinda de milhares de imigrantes europeus para o Brasil a partir do início do século XX, o que incentivou notoriamente os movimentos em prol da criação de espaços apropriados para as crianças, pois estes trabalhadores recém-chegados da Europa possuíam um conhecimento mais amplo sobre seus direitos.

Neste contexto, as creches criadas nessa época se destinavam exclusivamente ao atendimento das crianças pobres. Eram apenas cuidados rústicos, que compunham a alimentação e higiene, sendo deste modo ausente de qualquer caráter educativo (MARCILIO, 2006, p. 75).

Com relação aos jardins de infância, produto de origem estrangeira, estes eram meramente destinados às crianças que pertenciam às famílias de maior poder aquisitivo. Contudo, no ano de 1875, essa premissa foi ampliada e assim, foi criado na cidade do Rio de Janeiro o primeiro jardim de infância e após dois anos surge outro em São Paulo, sempre sob o cuidado de entidades privadas que cuidavam de crianças mais afortunadas (MARCILIO, 2006, p. 62).

Embora essa alusão separasse as instituições para ricos e outras para pobres, o fato é que no sentido geral tanto para uma quanto para outra a concepção de infância não mudava, pois os pequenos ainda eram considerados como seres inferiores (MARCILIO, 2006, p. 65).

Mais tarde, com a constante influência médico-higienista, assistencialista, jurídico e trabalhista no atendimento a essas instituições infantis, o Estado, como poder público ainda se omitia nas ações e nas regulamentações que assistiam tais entidades, acarretando desta forma na falta de reconhecimento das creches como um dever social e muito menos como caráter de direito do trabalhador, e sim como ação filantrópica (MARCÍLIO, 2006).

Porém, na década de 1980, muitas discussões acerca da educação oferecidas as crianças de 0 a 6 anos foram feitas, e é com a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) que a educação infantil em creches e pré-escolas passa a ser vista sob uma perspectiva abrangente. Portanto, torna-se um dever de Estado e um direito da criança. Com a promulgação da lei, creches e pré-escolas integram o sistema educacional de ensino, sendo vista a partir deste ato com uma concepção pedagógica.

De acordo com as mudanças promovidas pela Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9394/96 (BRASIL, 2006) reforça a estreita ligação da fase de 0 a 6 anos com a educação, reconhecendo essa fase infantil como primeira etapa da educação básica. Assim, nomeia essa etapa de vida como “Educação Infantil”, a ser ofertada em creches que assistem crianças de 0 a 3 anos e em pré-escolas de 4 a 6 anos.

A proposta também pretende municipalizar a educação infantil, visando a um melhor funcionamento administrativo e educacional, como também uma maior integração da comunidade e dos grupos representativos a este fim.

Com a efetivação da LDB em 1996, a educação infantil recebe destaque inexistente nas legislações anteriores. Os textos legais estabelecem e impõem o cumprimento de regulamentações em âmbito nacional, estadual e municipal, para nortear e garantir a qualidade no atendimento em creches e pré-escolas. Dentre os pontos prescritos estão: o caráter pedagógico e as especificidades do trabalho com a criança menor, a formação e a atuação dos profissionais (BRASIL, 2002).

Em 1998, é aprovada pelo Conselho Nacional de Educação a proposta de Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil como documento oficial originado das diretrizes políticas e de direcionamento para o sistema educativo, no atendimento em creches e pré-escolas (BRASIL, 1998).

A educação infantil legalmente reconhecida é compreendida como espaço educacional e como formação cidadã, e ainda, como espaço que identifica a presença da criança menor no

ambiente educativo, reafirmando a importância e a necessidade social dessa fase de vida. O grande desafio no momento é justamente alcançar a qualidade para essa etapa educacional.

Assegurar essa qualidade é sem sombra de dúvidas certificar que os direitos conquistados nos documentos oficiais ultrapassem os limites e a distância do ato proposto, tornando-se uma prática efetiva e coesa. Portanto, vale salientar a importância de se “[...] pensar uma proposta educacional que lhe permita (a criança) Conhecer esse mundo, a partir do profundo respeito por ela” (KUHLMANN JR., 2005, p. 57).

Destacamos neste âmbito características peculiares que conceituam a criança na melhor etapa da sua vida, com ênfase na descoberta dos conhecimentos através da vivência concreta no meio educacional, o que as levam a experimentar, brincar, envolvendo-se por meio do afeto, alegrias e descontentamentos, concepções aparentemente distantes do conhecimento científico, mas que estão bem próximas das singelas atitudes que transmitem e que devem ser orientados para a concretização dos programas curriculares destinados a esses pequenos.

Discorrer sobre a tese educacional com vista na qualidade do ensino e aprendizagem significa ainda, no contexto atual em que estamos inseridos, considerar apto e verdadeiro o sistema formal e oficial para o atendimento das necessidades específicas que competem a educação infantil. Evidenciar a qualidade educativa é acima de tudo buscar garantir e efetivar os direitos infantis tanto na escola quanto em outros ambientes relativos a infância, concebendo à prática o que está prescrito e delimitado nos muitos documentos oficiais que tratam desta temática.

E neste preâmbulo discursivo sobre os muitos direitos da infância, em especial os que competem o sistema educacional, destacamos o que concerne à arte, especificamente, à música, quase inexistente nos programas pedagógicos que assistem a educação infantil.

As propostas pedagógicas constantes nos documentos oficiais dos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil, cuja redação aborda a discussão referente as atividades musicais, é possível certificar que estão ausentes ou são escassas nessa fase da educação básica. Para tanto, presenciamos neste âmbito educacional que muitas instituições encontram dificuldades para incorporar a linguagem musical ao contexto pedagógico, e, quando conseguem essa inclusão, as atividades com música se resumem a datas comemorativas do calendário escolar, ou estão atrelados à formação de hábitos – músicas de entrada e saída, hora do lanche, boas-vindas, etc. – e ainda à memorização de conteúdos curriculares – música dos números, vogais, alfabeto, famílias silábicas entre outras. Desta forma, verificamos que trabalho ocorre de forma fragmentada e bem remota adversa ao

aspecto real que se faz pela musicalização como recurso pedagógico que desperta efetivamente a construção da aprendizagem.

2.4 A inserção da musicalização na Educação Infantil

A musicalização como componente curricular está descrito nos Referenciais Curriculares para a Educação Infantil, e sua redação destaca:

O trabalho com Música proposto por este documento fundamenta-se nesses estudos, de modo a garantir à criança a possibilidade de vivenciar e refletir sobre questões musicais, num exercício sensível e expressivo que também oferece condições para o desenvolvimento de habilidades, de formulação de hipóteses e de elaboração de conceitos (BRASIL, 1998, v. 3, p. 48).

O documento faz menção também as orientações referentes aos conteúdos musicais. Estes se encontram organizados em dois blocos: “o fazer musical” – compreendido pela improvisação, composição e interpretação – e “apreciação musical”, ambos contemplam também questões referentes à reflexão (BRASIL, 1998). Desse modo, vale frisar que apesar desse documento de orientação pedagógica para a Educação Infantil, de caráter não obrigatório, trazer uma proposta minuciosa para a música, ainda assim, é uma proposta curricular muito distante da realidade vivida atualmente. Contudo, tudo isso se deve a vários fatores como a própria história da Educação Infantil, sua repercussão ao longo do tempo e a formação dos professores para atuar efetivamente nesse nível de ensino, e principalmente a falta de recursos e materiais básicos para a instrução pedagógica de música na comunidade escolar.

Os fatores mencionados acima são apenas alguns dos empecilhos que têm contribuído para a não concretização da educação musical no ambiente educacional de forma a abarcar todos os aspectos básicos para sua realização. Nesse âmbito, Brito (1998) coloca a sua crença nos que o documento dos Referenciais Curriculares indique a largada para uma reavaliação eficaz no sistema educacional.

Ainda de acordo com Brito (1998, p. 85): [...] somente será possível se houverem investimentos que priorizem a formação de educadores, ao lado da organização de espaços

adequados ao desenvolvimento do trabalho que contenham – ao menos – recursos mínimos necessários.

Na prática vivenciada hoje no ambiente das instituições de ensino Infantil e nas creches, o reflexo do exposto neste contexto se dá de forma instantânea. A negligência existente de atividades musicais em instituições públicas é algo verdadeiro, apesar de todo incentivo e apoio para a concretização desta ação. Grande parte dos programas de música para crianças no Brasil é desenvolvida por escolas da rede particular de ensino, nas quais a música faz parte da grade curricular, sendo cursada como as demais, inferindo notas de desempenho, constituindo um progresso na educação desde os anos iniciais. Embora a música tenha sido aprovada para compor parte integrante da disciplina de artes, a rede pública torna optativa o seu ensino, privando os alunos desta importante e fundamental atividade para aprendizagem.

Mas, os estudos elencados neste contexto têm se repercutido muito nos últimos anos acarretando um processo de intensas mudanças nesta área. Finalmente podemos presenciar um momento histórico, com ênfase nas discussões legais que versam para que a música se faça presente na educação básica, assegurando assim, o direito dos educandos promulgados por lei.

Neste contexto, surge a proposta que elucida a questão em pauta, cuja autoria é da senadora maranhense Roseana Sarney, a qual altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei no 9.394/96) para incluir a música como conteúdo no ensino de Artes.

Conforme discorre Kleber (2008),

A proposta da emenda altera a LDBEN para dispor sobre a obrigatoriedade de ensino de música na educação básica. O art. 26, parágrafo segundo, teve sua redação alterada para incluir a música como conteúdo obrigatório do ensino da arte, a ser ministrado por professores com formação específica na área, isto é, educadores musicais.

As instituições em processo de elaboração do projeto terão três anos letivos para se adaptarem às mudanças, que deverão ser obrigatoriamente executados.

Frente às perspectivas o trabalho com música nas creches, além de promover a musicalização nas crianças, atesta a importância das atividades musicais nessas instituições, devendo fazer parte o quanto antes dos programas pedagógicos voltados para essa fase.

Assim, constitui o intento para este embasamento proporcionar melhorias para o atendimento à criança no Brasil.

Vale ainda salientar neste contexto as ideias de Kramer (1995, p. 56) quando se refere aos valores atribuídos à educação infantil: “A valorização da criança seria gradativamente acentuada nos anos pós-1930”. Porém, a criação de diversos órgãos de atendimento à criança brasileira foi fragmentada. Ela expressa, sobretudo, a forma estratificada com que a criança é encarada: “o problema da criança é fragmentado e pretensamente combatido de forma isolada, ora atacando-se as questões da saúde, ora do “bem-estar” da família, ora da educação” (KRAMER, 1995, p. 87).

Nesse sentido, a autora enfatiza a tendência de fragmentação que se manifesta até os dias de hoje no atendimento das crianças feito pelas creches. Por esse motivo é que ainda é grande o número de instituições no qual municípios realizam parcerias, ora com entidades religiosas, ora com o apoio da iniciativa privada.

“Associações religiosas e organizações leigas, bem como médicos, educadores e leigos eram solicitados a realizar juntos com o setor público a proteção e o atendimento à infância, com a direção e alguma subvenção deste último” (KRAMER, 1995, p. 61).

Contudo, podemos afirmar que apesar de ainda existir obstáculos a serem superados, o percurso histórico da concepção de infância e o surgimento das creches contribuiu para que os avanços neste âmbito ocorressem de forma significativa na Educação Infantil. Agora, o grande desafio está em transformar em práticas reais o direito das crianças à Educação Infantil de qualidade e que atenda todos os requisitos assegurados por lei.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente trabalho monográfico, discorreremos a partir deste capítulo o percurso metodológico utilizado para a concretização de nossa pesquisa. Aqui serão descritos todos os ciclos e procedimentos que subsidiaram este estudo.

Para que todas as respostas do inquérito fossem respondidas com precisão, optamos por fazer um estudo de caráter qualitativo.

Esse caminho metodológico segundo Minayo (2003, p. 16-18) “é um pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade”.

Considerando as premissas da autora relevante a pesquisa com base qualitativa conceituada como uma:

Atividade básica da ciência na sua construção da realidade, preocupada com as ciências sociais em um nível de realidade, mas que não pode ser atribuída quantitativamente, pois envolve um universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MANAYO, 1994).

Neste sentido, a análise concernente a essa discussão pretende desvendar as verdades existentes nos mais diversos âmbitos da que compõe a ciência em sua autêntica atuação, que neste caso se reporta ao ensino da música na Educação Infantil.

Ainda com base na abordagem qualitativa Godoy (1995, p.58) expõe algumas características principais de uma pesquisa qualitativa, o qual embasa também este trabalho:

Considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos; e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.

Complementando a sua reflexão sobre pesquisa qualitativa Godoy (1995, p.58) afirma:

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p.58).

Para tanto, este estudo surgiu a partir do interesse dos saberes e as práticas musicais direcionadas no ambiente da Educação Infantil desenvolvidas por educadores que lecionam na instituição que constitui o campo desta pesquisa. Portanto, o elucidar dos conhecimentos e das práticas pedagógicas voltadas aos saberes musicais e sua utilização por parte das professoras colaboradoras suscitou reflexões, bem como subsidiou as políticas de formação musical inicial e continuada para que efetivamente o ensino da música seja adotado e permaneça como componente curricular desde a Educação infantil e conseqüentemente para os anos seguintes, uma vez que esta premissa já está promulgada por lei e deverá obrigatoriamente compor as exigências atribuídas para o fim proposto.

Considerando a pesquisa realizada nessa esfera, ressaltamos que nossas hipóteses e problemas foram sendo reformuladas no processo dinâmico deste estudo. Assim, os dados coletados foram indicando questões as quais organizamos para melhor responder a discussão atrelada neste trabalho monográfico.

As perguntas elaboradas e sua execução reportam-se aos saberes e as práticas sobre música de educadores na Educação Infantil, na qual abordamos aspectos singulares dos colaboradores, respeitando suas subjetividades, suas práticas, seus pontos de vista e o trabalho educativo desenvolvido no ambiente escolar, atentando para as respostas obtidas não como verdades absolutas que possam ser generalizadas, mas com o intento de analisar as mudanças e possibilidades ocorridas na aquisição dos conhecimentos ao longo do processo histórico da educação.

Portanto, a partir da exposição dos objetivos elencados nesse estudo e dos aspectos teóricos que o compõe, pretende-se compreender a maneira de como a música imergida no cenário da Educação Infantil é desenvolvida nas práticas pedagógicas por professores através das reflexões e execução das mesmas no cotidiano da sala de aula. Para tanto, participaram desta pesquisa duas professoras que atuam no seguimento da Educação Infantil com crianças na faixa etária de 05 anos de uma Creche Municipal do sertão paraibano.

Para obtermos os dados que subsidiasse nossa análise procuramos nos entreter na

rotina diária da Creche observando as professoras colaboradoras em sala de aula e demais dependências da instituição, onde se dava a realização das atividades escolares, para posteriormente, confrontarmos com nossa compreensão mediante a descrição analítica neste ensaio. Utilizamos também o embasamento teórico pertinente ao tema, o qual alicerçou nossos conhecimentos sobre a temática em discussão no campo da Educação Infantil com relação ao ensino da Música, o que constitui o tema central neste trabalho monográfico.

Os meios da coleta de dados utilizados neste estudo aconteceram simultaneamente. Enquanto colhíamos as informações informais, também analisamos os documentos escolares e realizamos as entrevistas e, no término das aquisições dos dados oriundos das colaboradoras construímos nossas análises e interpretações.

“A ação investigatória é baseada na ciência e na indagação e construção da realidade. Portanto, a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e atualiza frente à realidade do mundo, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação” (MINAYO, 1994, p. 17).

Ao optarmos pelo enfoque qualitativo concebemos a pesquisa qualitativa na linha exposta por Franco (1986, p.36), conceituada como um:

[...] modelo dialético de análise, procura identificar as múltiplas facetas de um objeto de pesquisa (seja a avaliação de um curso, a organização de uma escola, a repetência, a evasão, a profissionalização na adolescência, etc.) contrapondo os dados obtidos aos parâmetros mais amplos da sociedade abrangente e analisando-os à luz dos fatores sociais, econômicos, psicológicos, pedagógicos, etc. [...].

Nessa perspectiva, para a realização desse estudo utilizou-se a pesquisa bibliográfica, uma vez que esta nos permite um contato direto com os autores que falam dessa teoria e que nos ajudam a uma melhor compreensão da temática aqui abordada. Além da pesquisa analítica onde estabelece critérios, métodos e técnicas para elaboração de um estudo que visa fornecer informações sobre o objeto a ser estudado e orienta a formulação de hipóteses. Assim a abordagem qualitativa escolhida para este estudo advém da metodologia da pesquisa que segundo Minayo (1994) é o caminho do pensamento a ser seguido, ou seja, quando se tem um critério no qual adotamos, temos que saber qual o caminho a seguir para que possamos atingir nosso objetivo. Portanto, ocupa o lugar central na teoria e trata basicamente do conjunto de técnicas a ser adotadas para construir uma realidade.

Ao analisar o exercício docente das educadoras colaboradoras, enfatizamos o contexto

no qual a temática exposta por todo esse estudo está imersa. Dessa forma, a necessidade da utilização de meios próprios para a concretização desta pesquisa, os quais contemplam a observação e a prática docente em sala de aula durante o período estágio, bem como a aplicação do questionário, nos permitiu a visualização da situação real na execução do trabalho com música, uma vez apresentados nos momentos da rotina escolar, principalmente nos ambientes da sala de aula, no pátio na hora do recreio, ou mediante a comemoração de datas alusivas, entre outros aspectos pertinentes ao processo educacional.

3.1 Caracterização do ambiente da pesquisa

A Instituição de ensino objeto do presente trabalho é a Creche Municipal, localizada na cidade de Aparecida – PB, na Rua João Gomes, s/nº, Bairro Vila Nova, CEP 58823-000. A entidade pertence à rede pública municipal de ensino, ofertando exclusivamente a Educação Infantil.

A referida Creche abrange a primeira etapa de escolarização, fase essencial na formação infantil. A instituição respalda as séries anualmente distribuídas conforme o calendário proposto pela secretaria de educação do município, contendo a carga horária mínima de oitocentas horas/aulas, distribuídas no mínimo, em duzentos dias letivos de acordo com o regimento educacional.

A apresentação do Projeto Político Pedagógico da Creche Municipal entrou em vigor em 2012, e sua prática e avaliação intermediam a validade e transitoriedade da proposta educacional elencada a partir dos encontros pedagógicos que ocorrem para o planejamento e discussões acerca das premissas que envolvem toda a comunidade pedagógica deste ambiente, conforme as ações promulgadas no documento da Legislação Nacional: Lei de Diretrizes e Bases – LDB número 9394/96 que ressalta a educação básica.

A Creche atende a crianças da faixa etária de 2 a 5 e meio anos, oferecendo o ensino infantil, nas categorias de Pré-Escola e Jardim I e II, as atividades pedagógicas ocorrem de forma planejada e diferenciada de acordo com a faixa etária dos alunos nos turnos manhã e tarde com as turmas da pré-escola, e tempo integral com as turmas do jardim I e II. As educadoras da pré-escola realizam planejamento semanal, objetivando o ensino-aprendizagem dos educandos e educandas.

O horário de atendimento é matutino e vespertino, no período das 07h00min às 17h00min, atendendo atualmente 58 crianças, sendo que 35 em período integral.

O imóvel onde se localiza a referida creche é amplo e apresenta condições adequadas de localização, acesso, segurança, salubridade, iluminação, saneamento e higiene, com espaços destinados exclusivamente ao uso das crianças e dos funcionários. Nele encontramos: salas de atividades; sala de artes; sala de repouso; instalações sanitárias para adultos; instalações sanitárias para crianças; espaço de recreação livre em área coberta; área verde; espaço para refeitório; biblioteca; cozinha; sala de atendimento aos pais e funcionários e sala da direção.

Possui também: 02 salas de aula; 01 brinquedoteca; 02 Banheiros infantis, sendo 01 para portador de necessidades especiais; 01 Banheiro para os funcionários; 01 Cozinha; 01 Dispensa; 01 Depósito; 01 Lavanderia; 01 Secretaria; 02 Quartos pequenos; 01 Aparelho de Dvd; 02 Mimiógrafos; 02 Televisões grandes; 03 Armários em aço; 05 Estantes em aço; 02 Mesas de plástico com 04 cadeiras cada; 02 Birôs; 01 Cadeira para secretaria; 03 Cadeiras de plástico para Birô; 11 Conjuntos de mesinhas com 04 cadeiras de madeira; 10 Mesinhas de madeira; 33 Carteiras para sala de aula; 01 Mesa grande para a cozinha; 02 Quadro Branco; 05 Ventiladores de parede; 04 Ar condicionados; 01 Geladeira Grande; 02 Congeladores; 01 Geladeira pequena; 01 Liquidificador industrial; 01 Fogão industrial; 01 Armário de cozinha; 01 Bebedouro grande; 01 notebook; 2 Impressoras multifuncional; 01 Câmera Fotográfica; 01 Data show completo; 02 Microfones; 02 Microsistens e 01 Caixa de som pequena. A creche ainda conta com um pequeno acervo de livros infantis; 02 coleções, jogos educativos; 11 bolas de futebol; material de escritório; 30 vestes e 30 becas de formatura e 27 faixas pretas, 04 toalhas novas; 30 lençóis e 24 colchões.

As salas de aula são bastante amplas, com boa iluminação e ventilação. Possui mesa para a professora e cadeiras de braço para as crianças; as mesmas são adaptadas ao tamanho dos alunos com cadeiras e mesas apropriadas de acordo com a faixa etária. Nas paredes da sala tem um painel de aniversariantes, um mural escrito “Cantinho da Leitura” e mais dois painéis, um com as vogais e o outro com os números.

A entidade possui no total de 18 funcionários: 01 gestora, com formação em Licenciatura em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Paraíba, e atualmente cursando Pedagogia pela Faculdade Evangélica Cristo Rei, 01 secretária, com o Ensino Médio incompleto, 01 coordenador, formado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, 02 professoras com o pedagógico, 04 monitores com o ensino médio completo, 06 auxiliares e 03 vigilantes.

A instituição conta também com visitas periódicas de dentistas, onde é feita pequenas palestras, com demonstração de como escovar os dentes, aplicação de flúor e entrega de kits dentários (escova e creme dental). Não disponibiliza de assistente social, psicólogo ou médicos. O que ocorre é que quando há necessidade de atendimento desses profissionais, a gestora encaminha a criança para o Posto de Saúde do município ou para um hospital público da cidade vizinha.

A Creche Municipal tem como missão formar pessoas capazes de pensar e agir como seres históricos que tenham consciência de sua importância no processo de transformação de si mesmo e do mundo, ou seja, cidadãos curiosos, criativos, críticos, afetivos, autoconfiantes, sociáveis, responsáveis, autônomos e éticos.

O principal objetivo desta instituição é o desenvolvimento da criança em seus aspectos globais que contemplam: físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e do meio social no qual pertencem (SANTOS, 2014).

A busca e a construção de uma educação plena, com o envolvimento de educadores, pais, alunos e funcionários, sabedores da formação e transformação do cidadão, no qual cabe à responsabilidade de garantir a qualidade dos serviços educacionais para assim se obter satisfatoriamente a almejada aprendizagem, constitui como foco principal desta instituição de ensino (SANTOS, 2014, p. 25).

O Projeto Político Pedagógico, conforme informações colhidas na instituição, foi elaborado juntamente com a representação da comunidade, da escola, gestor e técnicos da Secretaria de Educação do município, obedecendo às necessidades da comunidade.

No que diz respeito ao planejamento, o mesmo acontece semanalmente com os professores e quinzenalmente com os monitores, onde os mesmos recebem orientações gerais que com a prática são adequados à realidade da turma.

A avaliação se dá de forma contínua, com observações feitas diariamente, através da participação e realização das atividades de classe e de casa.

Os professores e gestores participam do Programa de Inclusão Digital, Formação Continuada em Gestão Educacional e também participam do Conselho Escolar.

As crianças que frequentam a creche, 90% são carentes de cultura, saúde, educação, alimentação e afetividade. De acordo com as informações recebidas, toda a escola parece estar sintonizada para acolher a comunidade e suas especialidades, mesmo diante de muitos problemas que ocorrem nas escolas.

A Creche tem como objetivo o desenvolvimento da criança em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e do meio em que vivem.

Busca também a construção de uma educação plena, com o envolvimento de educadores, pais, alunos e funcionários, sabedores da formação e transformação do cidadão, no qual cabe à responsabilidade de garantir a qualidade dos serviços educacionais para assim se obter satisfatoriamente a almejada aprendizagem.

3.2 A entrevista

A entrevista foi um dos caminhos que escolhemos para a realização deste trabalho. Assim, o inquérito foi direcionado as docentes dessa instituição através de um questionário, contendo primeiramente a identificação das fontes orais e que por questão de preservação da identidade dos sujeitos colaboradores, optamos pela utilização de letras do alfabeto em vez dos nomes próprios ou nomes fictícios.

3.3 Análises e discussões

Iniciamos a nossa análise a partir da observação, discussão e das entrevistas realizadas na instituição da Educação Infantil. Dessa forma, apresentamos a seguir o diagnóstico dos dados concebidos. Nossa inserção no campo da pesquisa, bem como o contato com as professoras, nos remete a compreensão sobre a temática “música” no ambiente da Educação Infantil e o trabalho construído nesse contexto.

Sendo assim, é preciso conhecer qual é a realidade do ensino de música na escola. Dessa maneira, ampliar o conhecimento sobre como professores da Educação Infantil se relacionam com a música nas salas de aula auxiliará nas respostas elencadas a essa investigação, bem como a análise referente à necessidade de formação dos educadores que trabalham com a música sejam eles especialistas ou não na área musical, mas que atuam diretamente nesse nível de ensino.

Compreendendo os saberes e as práticas dos profissionais que atuam na Educação Infantil, vale ressaltar que tais conhecimentos são concebidos no percurso de seus magistérios, o abrangendo sua formação inicial e continuada, além outros cursos pertinentes à área e, principalmente, o próprio exercício profissional. Nessa perspectiva, a proposta

elencada para esse trabalho se coloca a investigar a forma de como a música está inserida no contexto escolar, mais precisamente na figura docente e como ela está sendo construída no cotidiano de salas no âmbito da Educação Infantil.

Como sabemos a música se faz presente nos mais variados momentos e circunstâncias no âmbito escolar. Assim, independentemente da forma como é utilizada neste ambiente, é possível compreender que as atividades realizadas com música, são atividades educativas e, portanto, originam um processo de ensino/aprendizagem relativamente musical.

Para tanto, sob um viés discursivo, abordamos para esta análise as ideias e os posicionamentos de estudiosos e professores que tem a Educação Musical como objeto de estudo. Dialogaremos nesse contexto com autores que abordam a temática da música, subsidiando nossa análise frente aos relatos das professoras colaboradoras. O embasamento teórico, assim como afirmam alguns autores, faz-se necessário para que os educadores busquem a formação complementar nesta área do conhecimento, sugerindo alguns modelos, concepções e conceitos relativos à educação global, bem como pertinente a inserção musical já tramitada por lei, seja reconstruída e contextualizada à luz de novos paradigmas educacionais e musicais.

Mesmo vivenciando na contemporaneidade uma realidade distante da almejada e promulgada relativa à educação musical de qualidade e que contemplem um ensino abrangente de música, e acessível a todos, assim como as demais áreas do conhecimento, procuramos as esferas mais tangíveis onde o potencial educativo da música para a formação integral do indivíduo possa realmente acontecer.

Diante desta premissa analítica e discursiva, apresentaremos a seguir como as professoras colaboradoras do presente estudo realizam o trabalho com a música no ambiente da Educação Infantil, ao expor suas reflexões mediante esse contexto. Nessa perspectiva, dialogaremos com tais pensamentos de modo a constatar os conhecimentos e a formação das professoras referentes ao ensino da música, como também qual a função atrelada à temática abordada, evidenciando os sentidos e os fazeres no cenário educacional.

3.3.1 A fala das docentes

O inquérito apresentado nessa pesquisa abordou inicialmente questões sobre a formação profissional das professoras colaboradoras da instituição de ensino supracitada neste

trabalho no tocante aos seus conhecimentos sobre o ensino da música, além de abordar sobre os conhecimentos legais pertinentes a essa modalidade na Educação Infantil. As respostas obtidas a essas questões foram similares.

As professoras relataram possuir formação em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia. As duas educadoras não citaram nenhuma formação ou participação em cursos relativos ao ensino da música. Ambas fizeram menção a disciplina de Artes durante a graduação, mas de modo geral, nada específico com a formação musical.

A tese da formação musical de professoras em nível universitário é pouco presente em cursos superiores em Pedagogia, conforme considera Figueiredo (2003):

Todas as universidades estão envolvidas na questão da legislação discutindo os novos documentos. No entanto a maioria das instituições ainda não incluiu questões das artes porque *há outras prioridades*. O que se constata é que pouco ou nada mudou nos cursos de pedagogia com relação ao ensino de artes depois da nova legislação. Os professores de artes entrevistados estão discutindo a legislação em suas disciplinas, mas muitos deles não têm conseguido modificar procedimentos arraigados e formas de pensar que ainda mantêm as artes num plano bastante secundário (FIGUEIREDO, 2003, pp. 3-4).

No tocante a aquisição das respostas das professoras entrevistadas concernente aos conhecimentos sobre a legislação e documentos curriculares oficiais para a área de música, constatamos que as duas docentes não possuem saberes sobre essa legalidade, nem tão pouco sobre a proposta de musicalidade promulgada pelos Referenciais Curriculares Nacionais.

Mesmo na era contemporânea, onde atestamos tantas garantias e políticas públicas educacionais e curriculares que contemplam o ensino de música, ainda assim, verificamos que essa premissa é pouco relevante, tornando-se desconhecida pela maioria dos educadores. Para tanto, leis e propostas oficiais e escolares não têm assegurado que a música esteja presente na escola como área de conhecimento. Assim, conforme Penna (2004, p. 15):

Certamente, como temos insistido, leis e propostas oficiais não têm o poder de, por si mesmas, operar transformações na realidade cotidiana das salas de aula. No entanto, tornando-se objeto de reflexão e questionamento, podem contribuir para as discussões necessárias ao aprimoramento de nossas práticas; analisados e reapropriados, podem, ainda, ser utilizados como base na construção de alternativas.

Contudo, as docentes falaram sobre a importância dos documentos oficiais, mesmo sem conhecer sua redação, mas pelo simples fato de existir algo que represente uma legitimidade no ambiente educacional. Discorreram também sobre o método avaliativo referente à presença das propostas elencadas na Creche Alexandrina Ferreira.

Os pensamentos das professoras acerca dessa abordagem se ilustraram semelhantemente. Assim, refletiram:

Os documentos oficiais são de extrema importância para assegurar os direitos civis e determinar melhorias para os assistidos no sistema educacional. Quanto ao método de avaliação proposto pela Creche Municipal, salientamos que esse é o mais adequado possível, pois promove a criança em sua integridade, tendo em conta seu nível de instrução (Professoras C).

Os documentos oficiais são fundamentais, pois garantem os direitos civis e podem trazer melhorias ao processo educacional. Quanto ao método de avaliação proposto pela Creche Municipal, considero esse o mais viável possível, pois buscam o desenvolvimento integral da criança, subsidiando seu nível de estudo de acordo com a finalidade estabelecida pelo sistema educacional (Professoras D).

Assim, as falas das educadoras lembram o texto descrito no Projeto Político Pedagógico/PPP (2014) desta instituição sobre o processo de avaliação, que diz:

A avaliação do desenvolvimento da criança é feita através da observação contínua, mediante o acompanhamento das etapas do seu desenvolvimento em função da oportunidade e qualidade das vivências proporcionadas na Creche e na Pré-escola, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental. Os resultados daí obtidos são registrados em Relatórios de Acompanhamento do Desenvolvimento Infantil, que abordam aspectos cognitivos, físicos, afetivos e sociais do seu desenvolvimento em todas as atividades e são entregues aos pais ao final de cada semestre.

Concernente ao ensino da música, o PPP da instituição não faz alusão a nenhuma prática direta, apenas reporta-se vagamente a disciplina de Artes, mas em um âmbito geral, nada que especifique a musicalidade como componente curricular. As educadoras ainda argumentam que não “há uma proposta futura de imersão a este ensino na entidade educadora, e nem formação dentro da área”. A música é abordada como recurso pedagógico, contextualizada a partir dos conteúdos a serem lecionados. Contudo, esperam que como promulgado nos documentos oficiais, essa atividade de ensino seja inserida no contexto da

Educação Infantil, tendo como ministrante um professor especialista, que detenha dos conhecimentos musicais pertinentes a essa modalidade.

Solicitamos ainda as professoras um posicionamento referente à contribuição da música para a formação das crianças na Educação Infantil.

Assim relataram:

É muito importante o ensino da música, pois este realmente contribui para uma aprendizagem efetiva que promove o desenvolvimento das crianças (Professoras C).

Considero fundamental o ensino da música na escola. Através da música os conteúdos são bem mais compreendidos e absorvidos pelas crianças, elas interagem fazendo com que sua aprendizagem desenvolva efetivamente (Professoras D).

As professoras relataram ser de muita valia o ensino da música, pois este realmente contribui para uma aprendizagem efetiva que promove o desenvolvimento das crianças. Ambas reconhecem a música é importante e tem um lugar na Educação Infantil, mesmo que seja como meramente um recurso. Sabemos que o campo fértil, e que é realmente possível trabalhar com a música neste ambiente. Mas, se retraem por não possuírem saberes musicais suficientes em sua formação para expor em suas práticas pedagógicas. Desse modo, atentamos para as possibilidades da música nesse contexto, levando-se em conta questões como as colocadas, a saber, formação ausente de educadores e especialistas em música nas instituições de Educação Infantil.

3.3.2 A percepção musical docente no cenário da Educação Infantil

Frente às falas das professoras colaboradoras sobre suas experiências de vida com música e respectivamente sobre sua atuação na Educação Infantil junto com o trabalho realizado com a música neste ambiente educativo, compreendemos até que ponto as experiências vivenciadas nesse meio se concretizam e aceleram o processo de ensino/aprendizagem da criança.

Com relação aos dados coletados serão explanados a seguir os resultados de acordo com as respostas das docentes pesquisadas.

A princípio, optamos por obter uma concepção geral acerca do que pensam as professoras sobre a Educação Infantil.

A Educação infantil é fase na vida da criança, onde se cria um espaço destinado à brincadeira, interação e socialização, consideradas atividades de grande importância para o desenvolvimento dos pequeninos. No entanto, não basta apenas oferecer brincadeiras nessa etapa educativa, mas sim, é preciso proporcionar a criança um aprendizado de determinados conteúdos ou até comportamento. Pensando desta forma, é fundamental que ela interaja com autonomia, expressando seus pensamentos e opiniões, criando e transformando as brincadeiras, se inserindo no mundo, em busca de novas conquistas que vão sendo acompanhadas em cada nível que avançam de acordo com o seu crescimento (Professora C).

Penso a Educação infantil como uma etapa inicial na formação da criança, uma fase importantíssima que deve ser vivenciada por todas elas. É um lugar de brincadeiras e interação, onde as crianças adquirem suas primeiras experiências como o mundo educacional, diferente da aprendizagem e o contato tido anteriormente em casa, com a família. Nesse espaço a criança tem o contato com as demais, criando laços que contribuirão para o seu desenvolvimento e sucessiva aprendizagem (Professora D).

De acordo com o pensamento das professoras, podemos afirmar que ambas se reportam a Educação Infantil como um espaço promissor para o desenvolvimento das crianças, uma vez que este ambiente proporciona uma aprendizagem base significativa que certamente será a alargada para o crescimento intelectual dos pequenos.

Assim, prosseguindo com o inquérito, a próxima questão elencada neste contexto se refere à presença da música na Educação Infantil, tema principal da nossa discussão. Após obter uma visão geral do que as educadoras pensam sobre a Educação Infantil, partimos para a premissa da música neste âmbito. Assim, as respostas concebidas foram:

A música neste cenário é essencial, pois através dela a criança também se desenvolve. A sua utilização proporciona as crianças elementos que desenvolvem a integração de forma espontânea, a socialização e o prazer de se realizar as atividades pertinentes a esta fase inicial da educação escolar (Professora C).

É fundamental, principalmente, quando a música propicia as crianças um aprendizado. Existem momentos em que a música permite adquirir diversos conhecimentos, favorece a interação, além de ser um recurso lúdico, que proporciona um aprendizado de uma maneira diferente e prazerosa (Professora D).

Percebemos no discurso da professora C, a importância enfatizada por ela no tocante ao uso da música, considerada como instrumento que impulsiona o desenvolvimento da

criança. Verificamos na resposta dada pela professora D, que a música é um recurso fundamental neste âmbito, proporcionando à criança um aprendizado promissor, além da vivência prazerosa em momentos de interação e diversão. No entanto, não percebemos na fala como deveria ser visto, mas reportada inteiramente como um processo de interação e socialização, ou mesmo diversão, o que na verdade deveria ser um processo de formação humana da criança como um todo, uma vez que a música caracteriza-se como uma atividade da cultura humana. das docentes uma visão humana concernente à utilização da música em suas práticas, assim Nesse viés, o trabalho realizado com a música no ambiente escolar se torna essencialmente importante, mas quando utilizada como instrumento pedagógico e de maneira intencional e metódico, com o objetivo de promover a diferença no processo de humanização das crianças inseridas na Educação Infantil.

Adiante, sobre o papel da música na Educação Infantil, as narrativas apresentadas pelas professoras foram significativas a nosso ver. Elas argumentaram que a música é importante no processo de letramento das crianças, como também um recurso auxiliar para interdisciplinaridade, além de relaxar, divertir e socializar.

A música é utilizada em momentos interdisciplinares. Eu a utilizo para introduzir conteúdos diversos considerados pré-requisitos na aprendizagem das crianças, como os assuntos iniciais de português e matemática. A introdução das letrinhas e dos números (Professora C).

O papel da música no ensino infantil é de suma importância, porque enquanto a criança canta, ela relaxa, aprende algum conteúdo contido na letra da música, enquanto também é um momento de recreação, de prazer para a criança e para nós também (Professora D).

Vale salientar nesse contexto, a menção feita pelas professoras em seus discursos sobre a interdisciplinaridade e diversão por meio da música, um importante elemento promissor da aprendizagem. Assim, segundo Figueiredo e Silva (2006, p. 1) “[...] é bastante comum o uso da música como auxiliar para a aprendizagem de outros conteúdos ou ainda como atividade de relaxamento e divertimento na escola”. Os autores remetem a essa temática interdisciplinar e lúdica como recurso frequente na Educação Infantil.

Ainda, discorrendo sobre a função da música no contexto da Educação Infantil, as docentes também relataram que a música desenvolve a atenção e a disciplina. Atestamos que as mesmas utilizam diversos tipos de melodias, cuja finalidade é acalmar e disciplinar as crianças que por vezes se apresentam agitadas.

Sabemos que são inúmeros os tipos de músicas, que correspondem à cultura local, nacional, como também universal dos povos, cada uma com suas especificidades. No cenário da Educação Infantil apresentar essa diversidade cultural para as crianças é muito importante, pois estão inserindo o contexto de outros lugares, sejam eles nacionais ou internacionais, no alcance desses educandos, propiciando o conhecimento sobre uma infinidade de saberes pertinentes as musicalidades.

Nesse âmbito, segue os relatos das educadoras sobre os tipos de músicas trabalhadas no cotidiano da Educação Infantil.

As músicas cantadas na creche são as mais populares possíveis no contexto infantil, dentre elas estão às canções de contos infantis, parlendas, e as que pertencem às atividades diárias no cenário escolar, como: hora da chegada e saída na sala de aula, hora do lanche, de agradecimento, então e diversos outros relacionados ao conteúdo no qual iremos expor para as crianças (Professora C).

O tipo de música abordado em minhas aulas são aqueles mais atuais, embora eu não deixe de mão as canções que fazem parte das histórias infantis as quais considero importantes para o conhecimento das crianças. Contudo, procuro dinamizar as aulas com um repertório atual, deixando as crianças exponham os conhecimentos musicais que elas já possuem, embora algumas tenham um gosto por músicas descontextualizadas e que não apresentam cultura, mas respeito afinal elas apresentam a realidade na qual estão inseridas. Dessa forma, interagindo com elas, construímos um conhecimento mútuo, que com certeza contribuirá para uma aprendizagem futura (Professora D).

Ao analisar o relato das professoras conforme a questão suscitada, percebemos que a professora C ainda trabalha com métodos tradicionais, não procura inovar suas aulas com repertórios atualizados, inserindo novas melodias e ritmos diversificados para atrair as crianças. Há uma ação voltada sempre à rotina já estabelecida na entidade educadora, às mudanças ficam condicionadas a educadora que segue à risca a metodologia sistemática em sua prática. Já a professora D, faz uso de uma autonomia que promove a transformação das práticas tradicionais do ensino como um todo, e se tratando da temática abordada nesta questão, atestamos que existe um dinamismo referente à contextualização das atividades que abarcam a música como recurso auxiliador da aprendizagem. Portanto, comparando a tipologia musical utilizada por ambas as professoras, enfatizamos que a segunda utiliza os saberes e as práticas correlacionadas à música de forma coerente divergindo da primeira que adota o tradicionalismo. Assim, atestamos que a professora D adota em seu planejamento uma didática moderna, ela instiga nas crianças o interesse em aprender com a diversidade,

contemplando variados tipos de música a partir da experiência e interação dentro e fora do ambiente escolar, de forma prazerosa e elucidativa.

Referente à questão sobre o espaço físico para o desenvolvimento das atividades relacionadas à música e sua duração, as docentes relataram:

Para o desenvolvimento das atividades utilizo o espaço da sala de aula. E ainda, o pátio, o parque, e a quadra de esportes que fica ao lado da creche, disponível para as aulas de recreação da instituição mediante solicitação prévia. O tempo determinado para essas atividades de roda, canto e brincadeiras que envolvem música duram em média de dez a quinze minutos cada ou um pouquinho a mais, pois as crianças adoram tais atividades (Professora C).

Na sala de aula, com algum recurso midiático, mais comumente televisão e DVD, e também no pátio, onde as atividades propostas são cantadas, para dinamizar as aulas e ensinar um pouquinho a mais de música as crianças, mas de acordo com os conteúdos relacionados a faixa etária deles. Ainda, utilizo a música nos momentos de recreação, no parque ou na quadra ao lado da entidade, nesses momentos deixo as crianças livres para cantarem o que eles trazem de casa. Geralmente essas atividades duram de 30 a 45 minutos, sempre direcionadas e com uma finalidade, a aprendizagem (Professora D).

Mediante as respostas das docentes a essa questão, observamos que ambas não se limitam a realização das atividades musicais somente ao espaço da sala de aula. São utilizados outros ambientes distribuídos na instituição. As ações praticadas pelas educadoras assinalam que seu comprometimento com a teoria promulgada para este âmbito, na qual se destina a ampliação dos espaços educativos no ambiente escolar para realização dessas atividades concernentes a musicalização.

Com relação ao tempo previsto para a execução das atividades com a música, verificamos uma duração viável, que se adequa ao tipo de exercício escolhido pelo professor. Nesse sentido, quanto mais à cultura musical for inserida neste ambiente maior será sua compreensão. Assim, ao desenvolver a musicalidade por meio das atividades propostas, o professor concebe o acesso das crianças à cultura de seu tempo, tendo a música como elemento essencial dessa cultura, uma vez que proporciona um conhecimento vasto, que os conduz a valorização humana e os coloca num contexto universal.

Ao responderem a pergunta sobre a utilização da música em seu trabalho pedagógico, e seus elementos as professoras ilustram:

O trabalho com a música é realizado de maneira lúdica, associando seu conteúdo a descontração e prazer. Os momentos destinados a sua utilização são atrelados à

rotina escolar e a determinadas épocas. Os elementos utilizados são os recursos midiáticos disponíveis na instituição, e as músicas selecionadas são as que se destinam ao aprendizado, como as que contêm as vogais, numerais, cores, convivência, lugares, entre outras (Professora C).

A música é trabalhada no cotidiano da creche, através das canções para cada momento do dia, em datas comemorativas, bem como em projetos destinados a ação pedagógica. Os elementos que nos auxiliam para a concretização dessas atividades são os recursos tecnológicos: televisão, DVD e computadores, além de outros recursos didáticos (Professora D).

Nas falas das professoras, percebemos que as mesmas ainda estão de alguma forma, ligadas à concepção tradicional na Educação Infantil, utilizando a música apenas como uma expressão da linguagem, de caráter espontâneo. O trabalho com a música é realizado durante a rotina escolar para ensinar conteúdos disciplinares relativos à aprendizagem sistemática e nas recreações, além de serem trabalhadas com datas importantes ou com o desenvolvimento de projetos, que tem por finalidade organizar, desenvolver e apresentar uma culminância, momento em que acontece a exposição dos conhecimentos adquiridos pelas crianças nesse período preparatório.

Segundo ressalta Souza et al (1995, p.98) “ao relacionar o ensino de música às datas comemorativas e apresentações, o professor, muitas vezes, acaba por assumir a função de animador cultural ou preparador de festas, o que dispensa qualquer planejamento participativo para as aulas de música”. Nesse sentido, a aula de música se faria mediante um planejamento prévio, imprescindível neste contexto.

No entanto, vale salientar que os educadores além de planejar e executar as atividades mencionadas anteriormente que encenam essa questão, devem ainda considerar o conhecimento musical que as crianças trazem consigo e disponibilizar a elas tudo aquilo que ainda não conhecem, mediante a realização das atividades e projetos desenvolvidos no cenário da Educação Infantil. Assim, possibilitarão a aquisição de novos elementos musicais que não faziam parte do universo cultural dessas crianças e que passam a ser inseridos através da vivência neste ambiente.

O Projeto Político Pedagógico (2014) da Creche Municipal faz menção a realização do trabalho com projetos, objetivando atender o interesse das crianças. A meta estabelecida para a execução desses trabalhos compreende que são projetos desenvolvidos diretamente com as crianças e não para as crianças, como também para desenvolver a cooperação e a solidariedade entre as crianças e educadores. Utilizando diversas linguagens, materiais diversificados, e partindo de situações concretas, facilitamos e proporcionamos esse encontro

da criança com o fazer criativo. Esta visão do trabalho pedagógico possibilita a transformação do espaço da escola em um espaço realmente democrático, onde cada criança deve ser respeitada em sua individualidade e ação criadora. O universo da criança, a realidade onde se encontra inserida, sua criatividade e curiosidade, é o ponto de partida da ação pedagógica que se propõe garantir à criança a conquista do espaço criador e gerador de conhecimentos. Fatos e situações devem ser aproveitados como impulso para a busca e a descoberta de novas soluções.

Nessa perspectiva, consideramos que a música no cenário da Educação infantil se faz presente nos saberes e práticas musicais docentes, contudo de forma sistemática e autônoma, contexto esse que, apesar de pouco explorado, precisa ser olhado como espaço de realizações musicais em construção. Acreditamos que os limites para a concretização do trabalho com música por professores no âmbito educacional como um todo, especialmente na Educação Infantil, em que nos reportamos neste ensaio, precisa ser elencado, visando à inserção efetiva da música neste ambiente como prática cultural e transformadora da realidade ora vivenciada na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia buscou compreender as premissas relacionadas ao tema proposto, apresentando os aspectos cruciais que o envolvem, destacando primordialmente como o ensino de música pode favorecer o desenvolvimento às crianças da educação infantil, ressaltando sua importância na efetivação da aprendizagem, bem como as contribuições concernentes a socialização dos pequeninos no momento de inserção e interação das atividades musicais que abarcam os demais conteúdos pertinentes ao trabalho desenvolvido em sala de aula.

O estudo realizado neste campo propiciou uma reflexão adiante das expectativas elencadas para este construto. A música neste contexto, correlacionada às atividades lúdicas pode desenvolver uma ampla aprendizagem nas crianças. Nas teorias abordadas pela Pedagogia, a música pode correlacionar com qualquer objeto ou atividade que a criança utiliza, e assim favorece a construção dos conhecimentos ao se apropriarem destes instrumentos simplesmente ao brincar ou exercer outras ações pertinentes a sua realidade como principal sujeito nesta relevante fase da vida. Neste sentido, oportunizar brinquedos musicais ou outros que se relacionam com este fim, permite que às crianças se divirtam e simultaneamente as ensinam sobre um determinado assunto. Os instrumentos pedagógicos associados com as metodologias de ensino auxiliam na maioria das vezes no desenvolvimento promissor, abarcando principalmente as esferas cognitiva e social da criança, é importante também inserir as atividades cooperativas neste ambiente, pois assim atestamos que são as mais propícias para concretização da socialização e integração no âmbito escolar e na vivência externa como um todo.

No ambiente da Educação Infantil é possível Identificar também que a atividade lúdica que contempla todas as premissas que compõe o currículo proposto pela educação nesta modalidade de ensino com inovadoras metodologias e recursos abundantes disponíveis neste campo para quem trabalha a partir da ludicidade, com foco na musicalização, precisa compreender o que a criança necessita para se desenvolver verdadeiramente. A partir desta ação torna-se também possível diagnosticar eventuais dificuldades de aprendizagem das crianças, sendo assim, necessário procurar meios para sanar os déficits existentes em busca de uma aprendizagem promissora que eleve os níveis de conhecimentos dos educandos.

Neste ângulo, a atividade musical promove no interior do ambiente escolar uma harmonia entre o fazer pedagógico e a aprendizagem infantil, pois organiza o processo de ensino/aprendizagem em uma rotina prazerosa, proveitosa e significativa para a criança.

Este estudo vem reafirmar que é necessário a adequação das instituições de educação infantil, segundo as promulgações impostas pela Lei no tocante à inserção da música como componente curricular obrigatório, e não meramente como recurso didático que até os dias atuais atestamos ser um agente auxiliador da aprendizagem. Assim é preciso que as crianças tenham participem ativamente dessas atividades, dando-lhes condições propícias ao despertar para a realização das atividades, promovendo desta forma a construção de uma aprendizagem realmente efetiva.

A instituição de Educação Infantil é um lugar privilegiado para a imersão da musicalidade e brincadeiras características da infância, na medida em que as crianças passam a maior parte do seu tempo dentro das entidades de ensino, proporcionando o ensino e a interação musical neste ambiente, valorizado e estimulado pelos educadores, mediando estas ações lúdicas com os conteúdos que deverão ser contextualizados conforme o cotidiano das crianças, no cenário escolar.

O trabalho de campo que se deu por meio da observação e prática realizada na creche Municipal na cidade de Aparecida, na qual identificamos que na visão dos educadores que fazem parte da instituição, a mediação deve acontecer de acordo com a intensão proposta pelo conteúdo apresentado as crianças previamente planejado em sintonia com a música atribuída no contexto a ser exposto. Refletindo acerca das contribuições que trazem as músicas em sala de aula, inferimos que a nossa percepção relativa ao aprendizado do educando é bastante satisfatória, considerando também o espaço propício e os recursos pedagógicos que subsidiam a prática docente para o fim estabelecido neste processo educativo.

Nesse estudo descobrimos que o estímulo, o interesse, a concentração e a motivação são igualmente propícios quando a música se faz presente nos mais variados espaços que estruturam a instituição.

Vale também salientar a importância de se apresentar um espaço escolar confiável, pois este é considerado um cartão de visita de uma escola, pois passa credibilidade para os pais e para os familiares que necessitam deixar seus filhos aos cuidados dos mestres que compõe o quadro profissional da unidade educacional. É fundamental que este ambiente seja harmônico e prazeroso para que a criança possa se envolver no processo de ensino/aprendizagem, com vista no seu pleno desenvolvimento. Nessa perspectiva, há a necessidade

de adoção de um ambiente adequado para a execução das atividades escolares como um todo, bem como para os momentos de musicalização.

A Educação Infantil é a base para todas as outras etapas do processo educacional, portanto, sua proposta pedagógica deve está direcionada as experiências e as vivências globais dos educandos, por isso as atividades pedagógicas, sobretudo as pertinentes ao ensino da música precisam ter fundamentos e objetivos a serem alcançados.

Portanto, para direcionar a forma como a música pode e deve ser trabalhada nas salas de aulas da Educação Infantil, é preciso entender o significado da música em sua essência, enquanto instrumento pedagógico, colaborando assim, verdadeiramente para a construção da aprendizagem das crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Renato. **A História da Música Brasileira**. Universidade do Texas, F. Briguiet: 1926.

ARAÚJO, Creche Alexandrina Ferreira. **Projeto Político Pedagógico**. Aparecida, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação e Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei no 10.172 de 9 de janeiro de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. 2. ed. Brasília: MEC/SEB, 2009a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Política de educação infantil no Brasil: Relatório de avaliação**. Brasília: MEC/SEB/Unesco, 2009b.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis à educação**. Brasília: MEC/SEB, 2006d.

_____. CNE/CEB. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9 jan. 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB/CNE N.º 4/2000, aprovado em 16/2/2000.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução CEB N.º 1, de 7/04/1999.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais Curriculares Nacionais para a educação infantil: Introdução**. Brasília: MEC/SEF, 1998, v.1.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do adolescente.** Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil,** 1988.

Disponível em: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF#q=constitui%C3%A7%C3%A3o%20federal%20atualizada>. Acesso em: 01 de agosto de 2014.

BORGES, T. M. M.. *A criança em idade pré-escolar.* São Paulo: Ática, 1994

BRÉSCIA, Vera Pessagno. **Educação musical: bases psicológicas e ação preventiva.** Campinas: Átomo, 2003.

BRITO, Teca Alencar. **A música na educação infantil.** São Paulo: Peirópolis, 2003. BRITO, T. A. *Música na educação infantil.* São Paulo: Peirópolis, 2003.

CORRÊA, Bianca Cristina. Considerações sobre qualidade na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 119, p. 85-112, julho 2003. Disponível em: Acesso em: 28 de novembro. 2014.

FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. **A formação musical nos cursos de pedagogia.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 12., 2003, Florianópolis, Santa Catarina. Anais... Porto Alegre, Associação Nacional de Educação Musical, disponível em CD-Room, 2003. Acesso: http://www.abemeducacaomusical.org.br/Masters/revista14/revista14_artigo12.pdf em 22 de dezembro de 2014.

FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de; SILVA, Fabiano Daniel. **O ensino de música na perspectiva de professores generalistas.** XX Encontro Anual da ABEM – João Pessoa, Pernambuco, Outubro, 2006, **Anais** CD-rom, pp. 1-6.

FRANCO, M. Laura P.B. **O "estudo de caso" no falso conflito que se estabelece entre análise quantitativa e análise qualitativa.** EDUC PUC-SP, São Paulo, n.7, p.32-41, ago. 1986.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

GORDON, Edwin E.; **Teoria de Aprendizagem Musical – Competências, conteúdos e padrões;** Fundação Calouste Gulbenkian; 2000; Lisboa pp.63 – 470

JEANDOT, N. **Explorando o universo da música.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 1993.

JOLY, Ilza, Zenker, Leme, (2003). **Educação e educação musical: conhecimentos para compreender a criança e suas relações com a música.** In:____. HENTSCHKE, L; DEL BEN, L. (Orgs.). *Ensino de música: propostas para pensar e agir em sala de aula.* São Paulo: Ed. Moderna. Cap. 7.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN, Jr., M. **Educação infantil e currículo**. In: FARI, AL.G; PALHARES, M. S. (Orgs). **Educação infantil Pós-LDB rumos e desafios**. 5. Ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

MAFFIOLETTI, Leda de A. **Práticas musicais na Escola Infantil**. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis (Org.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. p.123-134.

MARCILIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950)**. IN: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História Social da Infância no Brasil**. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2006. p. 55-76.

MÁRSICO, L. O. **A criança e a Música: um estudo de como se processa o desenvolvimento musical da criança**. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (ORG) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NEGRINE, A. S.. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil a partir da perspectiva lúdica**. Revista Perfil, ESEF/UFRGS, v. I n. 01, p. 04-12, 1997.

NICOLAU, M. L. M. **A educação pré-escolar: fundamentos e didática**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

NOGUEIRA, Monique Andries. **Música e educação infantil: possibilidades de trabalho na perspectiva de uma pedagoga da infância**. UFG: Goiânia, (Tese), s/ data.

OLIVEIRA, M. de S. L.; BERNARDES, M. J.; RODRIGUEZ, M. A. M. A música na creche. In: ROSSETI-FERREIRA, M. C. et all (Orgs.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 103-104.

OLIVEIRA, Rosimary Lima Guilherme. A inserção da Música na Educação Infantil e o Papel do Professor. IX Congresso Nacional de Educação – **EDUCERE**. III Encontro Sul de Psicopedagogia – PUCPR, Univalle, Paraná, 2009.

PASCHOAL, J. D.; ZAMBERLAN, M. A. T. **O lúdico e a criança no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. In: ZAMBERLAN, M. A. T. (Org.). **Educação infantil: subsídios teóricos e práticas investigativas**. Londrina: CDI, 2005. p. 31-46.

PENNA, Maura. **Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa**. Revista da ABEM, Porto Alegre, n.7, p.7-19, set. 2002.

_____. **A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: II – da legislação à prática escolar**. Revista da ABEM, Porto Alegre: Associação Brasileira de Educação Musical, v. 11, p. 7-16, set. 2004. Disponível em: http://www.abemeducacaomusical.org.br/Masters/revista11/revista11_completa.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2014.

SANTOS, Maria da Guia dos. **Mídias na Educação versus prática pedagógica do professor do século XXI**, 2014. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.21. ed. CDD 374. Disponível em: space.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/6121/PDF%20-%20Maria%20da%20Guia%20dos%20Santos.pdf?sequence=. Acesso em 02 de fev. de 2015.

SOUZA, Jusamaraet. **O que faz a música na escola?:** Concepções e vivências de professores do ensino fundamental. Porto Alegre: UFRGS, 1985/2002. n. 6.

RIZZO, Gilda. **Creche:** organização, currículo, montagem e funcionamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

ANEXOS

ENTREVISTA

DADOS DO ENTREVISTADO (A):

Docente:

Endereço:

Telefone:

Idade:

Sexo:

Religião:

Nome da escola (creche) em que atua:

Tempo de trabalho geral:

Situação: efetivo ou contratado:

Série ou ciclo com o qual trabalha:

Qual é a faixa etária dos alunos com os quais trabalha?

Número de alunos na(s) turma(s):

Formação docente:

Tempo de serviço na Educação Infantil?

1. Em sua opinião, o que você pensa da Educação Infantil?
2. Como você concebe a presença da música na Educação infantil?
3. Que papel exerce a música na Educação Infantil?
4. Que tipos de músicas você considera fundamental para o processo de aprendizagem das crianças?
5. Em que espaço você desenvolve atividades relacionadas à música? E Qual o tempo de duração dessas atividades?
6. De que forma você utiliza a música em seu trabalho pedagógico? Que elementos musicais você utiliza?
7. Você possui algum tipo de formação musical? Especifique
8. Você tem participado ou já participou de alguma formação na área de música? Especifique
9. Em seu curso de graduação houve alguma disciplina com o objetivo de preparar você para o trabalho com música?

10. Você conhece a legislação e documentos curriculares oficiais para a área de Música?
O que abordam estes documentos no tocante ao trabalho com a Educação Infantil?
11. Você conhece a proposta de musicalidade promulgada nos Referenciais Curriculares Nacionais que aborda a temática exposta, você a utiliza no contexto da sala de aula?
12. Discorra sobre a importância deste documento neste ambiente educacional. Como se dá a avaliação referente a presença das propostas elencadas na Creche Alexandrina Ferreira?
13. Para você a música é uma área de conhecimento, uma linguagem, ou um recurso para ensinar conteúdos de outras disciplinas, ou ambos?
14. Na instituição em que você trabalha, ou seja, na Educação Infantil, a música é ensinada por um/a professor/a especialista?
15. Assinale a alternativa que condiz com a resposta correta e depois justifique:
16. Como deveriam ser trabalhadas as Artes, especificamente a música na Educação Infantil e a quem você atribui à tarefa de ensinar Música?
17. () A um professor(a) especialista
18. () A você
19. () ambos?
20. O que ressalta o PPP da instituição sobre o ensino da Música?
21. Quais são as possibilidades e os limites para se trabalhar com música nesta unidade escolar?
22. Exponha sua opinião sobre como a música contribui para a formação das crianças?